

---

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL**



**RELATÓRIO  
DE  
GESTÃO**



**ANO ECONÓMICO DE 2016**

---

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
<b>CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL.....</b>	<b>5</b>
1. Execução orçamental geral.....	5
2. Execução da Receita.....	7
2.1 Estrutura da Receita.....	7
2.2 Receitas Correntes.....	8
2.3 Receitas de Capital.....	9
3. Execução da Despesa.....	10
3.1 Estrutura da Despesa.....	10
3.2 Despesas Correntes.....	11
3.3 Atividades relevantes.....	12
3.4 Outras atividades.....	15
3.5 Despesas de Capital.....	18
3.5.1 - <u>Estrutura dos bens de capital</u> .....	19
4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre as Receitas e as Despesas.....	22
5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores.....	23
5.1 Dívida de Empréstimos.....	23
5.2 Dívida de Locação Financeira.....	23
5.3 Serviço da Dívida Geral.....	25
5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo.....	26
<b>CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL.....</b>	<b>27</b>
1. Análise do Balanço.....	27
1.1 Estrutura e evolução do Ativo Líquido.....	27
1.2 Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo.....	28
2. Análise da Demonstração de Resultados.....	30
3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões.....	31
3.1 Ativo Bruto.....	31
3.2 Amortizações.....	32
3.3 Provisões.....	32
4. Apresentação de alguns indicadores de gestão.....	33
5. Factos de interesse relevante após o encerramento do exercício de 2016.....	34
6. Proposta de aplicação de resultados de 2016.....	34

## **INTRODUÇÃO**

Para efeitos de prestação de contas o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação e demais legislação complementar, define os documentos, essencialmente de natureza orçamental e financeira, a apresentar para apreciação e deliberação da Câmara Municipal de Portel, da Assembleia Municipal de Portel e igualmente a julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Compete ainda à Câmara Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar, apreciar e aprovar os documentos de prestação de contas e remetê-los posteriormente à Assembleia Municipal para apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25 da mesma Lei.

Assim, em cumprimento do previsto no n.º 13 do referido POCAL, elaborou-se o presente Relatório de Gestão relativo ao ano de 2016, o qual, acompanhado dos restantes documentos que compõem a prestação de contas, procura facultar a real imagem da situação económica e financeira do Município de Portel, esclarecer sobre as origens das receitas e despesas da autarquia, demonstrar como foram utilizados os recursos afetos ao desenvolvimento das atividades e investimentos municipais e traduzir o nível de realização dos objetivos inicialmente aprovados e propostos.

Este Relatório de Gestão, que para além de elucidar os órgãos autárquicos respetivos, responde também ao interesse crescente dos munícipes em conhecerem como são aplicados os recursos públicos da sua autarquia, está estruturado em duas vertentes principais, apresentando-se os factos e as informações mais relevantes dos aspetos orçamentais (avaliação das componentes mais significativas da estrutura da receita e da despesa e a sua evolução comparativamente a anos anteriores, recorrendo-se ainda à apreciação de indicadores e rácios orçamentais) e os aspetos patrimoniais (análise da estrutura do balanço, da estrutura de custos e proveitos, do endividamento municipal, evidenciando-se ainda alguns rácios de gestão que considerámos elucidativos e ajustados para uma melhor interpretação dos factos apresentados).

O documento é elaborado de forma simples e clara, mas com algum detalhe sobre elementos e informações que julgamos necessários para a boa compreensão da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Portel no ano de 2016 e o seu desempenho nas funções gerais, económicas e sociais que lhe estão atribuídas.

Salientamos que a execução deste orçamento municipal desenvolveu-se num cenário nacional de dificuldades económicas e financeiras, condicionado ainda pelas regras, restrições e imposições de vária índole consagradas pelo XIX e XX Governo Constitucional (desde junho de 2011 até ao final de novembro de 2015) e que se materializaram na redução da autonomia económica, financeira e administrativa das autarquias.

É de referir também que nesta execução orçamental de 2016, deu-se continuidade à conclusão e encerramento do Programa Operacional Regional do Alentejo – INALENTEJO 2007-2013. Porém lamentamos a persistência do atraso e da indefinição quanto às regras de acesso e de candidaturas aos fundos comunitários (“Alentejo 2020” e “Portugal 2020”), situação que influenciou fortemente, e de forma negativa, o nível de desempenho da atividade municipal.

Contudo, apesar dos constrangimentos que dificultaram a gestão da causa pública, ultrapassámos dificuldades e prosseguimos o desenvolvimento sustentável no nosso concelho, com uma gestão autárquica próxima das populações. Como poderão confirmar nas páginas seguintes, mantivemo-nos preocupados em responder às expectativas dos nossos munícipes, amenizando as suas dificuldades e indo ao encontro das suas ambições, tendo em vista o desenvolvimento do concelho e sem esquecermos a estabilidade financeira do Município.

Muito trabalho foi por isso realizado continuando este executivo a apostar na educação, na ação e solidariedade social, na cultura e no desporto, no ambiente e ordenamento, na requalificação urbana, na modernização de espaços, equipamentos públicos e infraestruturas coletivas, apoiando as juntas de freguesia, as coletividades, e demais instituições públicas e privadas, valorizando e rentabilizando o potencial humano da autarquia e mantendo um relacionamento de cooperação e diálogo construtivo com o poder central e com todas as instituições e entidades, públicas e privadas, dos vários níveis de governação.

Relevamos ainda o empenho deste executivo em manter uma gestão rigorosa e transparente, sem comprometer o futuro, permitindo continuar as nossas competências, sustentando uma situação de solidez e de estabilidade financeira, mas também de credibilidade e de confiança, que tem caracterizado nos últimos anos o Município de Portel e da qual, julgo, a todos nos honra.

Aos funcionários e colaboradores do Município de Portel uma palavra de reconhecimento pelo trabalho realizado. Com a sua indispensável colaboração foi possível alcançar objetivos, obter resultados e prestar cada vez mais um melhor serviço público à população.

Com este trabalho, colaboração, disponibilidade e união de todos nós, fomos capazes de atingir os objetivos propostos, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida das nossas populações e rumando a um futuro melhor para o nosso concelho, do qual nos orgulhamos e nos dá gosto viver.

## CAPÍTULO I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise orçamental neste capítulo incide sobre os mapas de controlo da execução orçamental da receita e da despesa, demonstrando a proveniência dos principais recebimentos, destacando os pagamentos mais relevantes e, conseqüentemente, as ações, subsídios, atividades e investimentos com eles relacionados. Apresenta-se também o nível de equilíbrio entre receitas/despesas correntes e de capital, o grau de endividamento e de responsabilidades financeiras e a análise da tesouraria do município.

Os valores estão considerados de forma agregada e global com incidência especial para a variação do peso de cada um dos componentes na respetiva estrutura da despesa ou na receita e para os seus valores absolutos mais significativos. A análise apresentada no documento permite ainda uma apreciação comparativa da evolução da estrutura e do montante executado nas diferentes rubricas do orçamento durante os últimos três anos.

### 1. Execução orçamental geral

Iniciamos esta análise com apresentação resumida da execução das receitas e despesas do município, e que se constituem como a demonstração da origem e da aplicação dos fundos que contribuíram para a execução orçamental de 2016:

Quadro 1 - RESUMO DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS – 2016

(em € - Euros)

R E C E I T A S – Origem de Fundos			D E S P E S A S – Aplicação de Fundos				
RECEITAS CORRENTES		VALOR	(%)	DESPESAS CORRENTES		VALOR	(%)
01	IMPOSTOS DIRETOS	775.308,95	8,2%	01	PESSOAL	3.649.482,20	41,0%
02	IMPOSTOS INDIRETOS	7.413,26	0,1%	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERV.CORRENTES	2.548.540,10	28,6%
04	TAXAS,MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	13.285,25	0,1%	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	33.253,83	0,4%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	356.462,30	3,8%	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	933.755,59	10,5%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.260.230,66	66,2%	05	SUBSÍDIOS	68.709,63	0,8%
07	VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES	531.334,84	5,6%	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.584,46	0,2%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.241,39	0,4%				
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		7.979.276,65	84,4%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		7.250.325,81	81,5%
RECEITAS DE CAPITAL		VALOR	(%)	DESPESAS DE CAPITAL		VALOR	(%)
09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	24.256,03	0,3%	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.312.625,66	14,7%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.451.051,74	15,3%	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.194,66	0,2%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	09	ACTIVOS FINANCEIROS	65.652,00	0,7%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,0%	10	PASSIVOS FINANCEIROS	258.364,14	2,9%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,0%	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	4.380,11	0,0%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		1.475.307,77	15,6%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		1.660.216,57	18,5%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>9.454.584,42</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>		<b>8.910.542,38</b>	<b>100,0%</b>
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		3.717.541,56		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		4.261.583,60	
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>13.172.125,98</b>		<b>TOTAL GERAL</b>		<b>13.172.125,98</b>	

Através da análise do quadro verificamos, para além do valor das componentes orçamentais mais relevantes e cuja apreciação desenvolveremos nos pontos seguintes, que a receita total no decurso do ano de 2016 corresponde aproximadamente a 9 milhões e 455 mil euros (não incluindo o saldo da gerência anterior). No que se refere à despesa verifica-se que esta atingiu o montante total de 8.910.542,38 € (não incluindo o saldo para a gerência seguinte). Constatamos ainda que irá transitar para a gerência do ano seguinte um saldo orçamental de aprox. 4 milhões e 262 mil euros.

De seguida expomos um quadro síntese de execução orçamental o qual nos permite conhecer em termos globais a natureza das receitas e das despesas realizadas durante o exercício económico de 2016, bem como os seus desvios em relação ao previsto no orçamento inicial, corrigido unicamente com as necessárias alterações orçamentais entre rubricas. Fazemos notar que neste exercício económico não se verificou qualquer revisão ou modificação ao valor global do orçamento:

**Quadro 2 - NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

(em € - Euros)

Designação		2014	2015	2016			
		Grau de Execução	Grau de Execução	Orçamento (Previsões corrigidas)	Execução (31.12.2016)	Grau de Execução	Desvio Orçamental
RECEITAS	Correntes	95,1%	94,4%	8.196.603,00	7.979.276,65	97,3%	-2,7%
	Capital	38,9%	39,7%	1.975.766,00	1.475.307,77	74,7%	-25,3%
	Out. Receitas - Saldo Gerência	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Receitas</b>		<b>82,4%</b>	<b>82,5%</b>	<b>10.172.369,00</b>	<b>9.454.584,42</b>	<b>92,9%</b>	<b>-7,1%</b>
DESPESAS	Correntes	96,9%	92,6%	7.523.847,00	7.250.325,81	96,4%	-3,6%
	Capital	37,0%	53,7%	2.648.522,00	1.660.216,57	62,7%	-37,3%
<b>Total das Despesas</b>		<b>80,2%</b>	<b>82,2%</b>	<b>10.172.369,00</b>	<b>8.910.542,38</b>	<b>87,6%</b>	<b>-12,4%</b>

A taxa de execução total da receita (líquida) é significativamente elevada (92,9%), com especial incidência no nível de execução das receitas correntes (97,3%). O grau de execução das receitas de capital (74,7%) é também bastante expressivo e está relacionado na generalidade com valores recebidos referentes a projetos financiados pelos fundos comunitários (FEDER), com execução física realizada maioritariamente no ano anterior mas cuja respetiva receita acabou por ser arrecadada durante este ano, em resultado do encerramento financeiro e administrativo daqueles projetos.

É de salientar que o elevado grau de realização geral na receita autárquica, superior aos dois últimos anos e ultrapassando até o limite de 85% considerado como referência obrigatória na legislação atual, foi conseguida através de uma estimativa orçamental das receitas muito prudente e baseada na real capacidade financeira do município. Esta atitude, que o município vem mantendo durante os últimos anos, continua a apresentar-se como um fator sólido na gestão orçamental da autarquia, gerando estabilidade e como tal permitindo um firme equilíbrio na gestão financeira, isto é: no município a realização da despesa é suportada numa efetiva dotação orçamental e de tesouraria o que permite comprometer e assumir orçamentalmente despesas e efetuar a sua liquidação e pagamento nos prazos acordados, evitando dificuldades de tesouraria ou problemas na estrutura financeira da autarquia.

Por outro lado o grau de execução da despesa total é também bastante considerável (87,6%) refletindo o empenhamento do executivo na realização e execução da grande parte das ações e projetos planeados pelo município para este ano económico. A execução das despesas de capital (62,7%) embora relevante, ficou aquém do previsto. Este desvio orçamental é explicado, quer pela indefinição no enquadramento dos programas e das regras de acesso para o novo Quadro Comunitário 2014-2020, quer porque o início da execução física e/ou financeira de alguns projetos só foi iniciada durante o ano de 2017, limitando de alguma forma a execução do plano de atividades e orçamento do município no corrente ano.

Não podemos contudo deixar de referir que o grau de execução atingido quer no total das receitas, quer no total das despesas, superou os níveis alcançados nos anos anteriores (2014 e 2015), relevando também, como veremos em análise própria deste relatório, que a execução da despesa tem continuado a ser acompanhada dos respetivos pagamentos, não tendo qualquer significado os valores da dívida da autarquia a fornecedores.

Por último é importante analisar a evolução dos saldos orçamentais de gerência:

Quadro 3 - EVOLUÇÃO DOS SALDOS DE GERÊNCIA

(em € - Euros)

Saldos Orçamentais	2014	2015	VARIAÇÃO	2016	VARIAÇÃO
	VALOR	VALOR	15/14 %	VALOR	16/15 %
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	3.448.250,70	3.679.917,02	6,7%	3.717.541,66	1,0%
SALDO PARA GERÊNCIA SEGUINTE	3.679.917,02	3.717.541,56	1,0%	4.261.583,60	14,6%

No Município de Portel o saldo de gerência continua a ser importante e o factor principal que garante e salvaguarda o financiamento, nos próximos orçamentos municipais, de projetos e ações estruturantes programadas para o futuro, e que previsivelmente não serão comparticipadas pelos fundos comunitários. Esta situação, neste ano de 2016, é evidenciada pelo acréscimo do montante desse saldo (poupança orçamental) de aprox. (+) 544 mil euros.

## 2. Execução da Receita

Atualmente, e pela sua natureza, as receitas arrecadadas pelo município são o recurso necessário, importante e único para financiar as funções da autarquia, visto as mesmas representarem uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de funcionamento regulares imprescindíveis ao funcionamento e desempenho da atividade autárquica bem como dos investimentos estruturantes previstos. Assim é importante que se analise a sua evolução e origem para que se possa realizar um real e correto planeamento das despesas orçamentais.

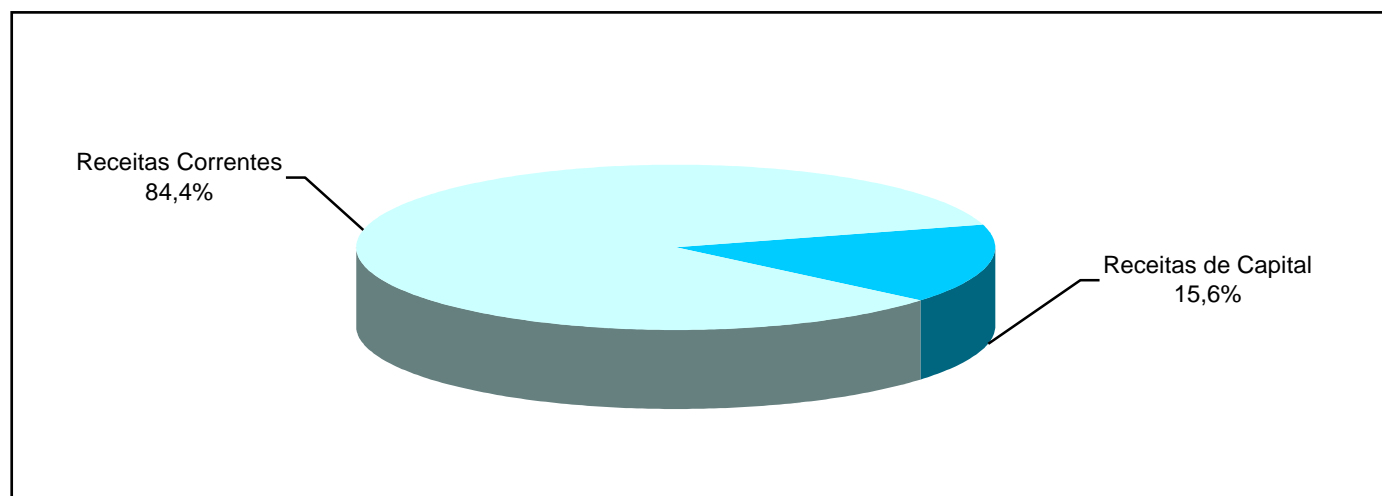
### 2.1 Estrutura da Receita

A receita do município caracteriza-se por dois grandes grupos de classificação económica: as Receitas Correntes e as Receitas de Capital:

Quadro 4 - ESTRUTURA DA RECEITA

(em € - Euros)

RECEITAS	2014		2015		VARIAÇÃO	2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	15/14 %	VALOR	%	16/15 %
Receitas Correntes	7.781.317,64	89,3%	7.867.445,84	89,5%	1,1%	7.979.276,65	84,4%	1,4%
Receitas de Capital	929.512,91	10,7%	920.198,14	10,5%	-1,0%	1.475.307,77	15,6%	60,3%
<b>TOTAL</b>	<b>8.710.830,55</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.787.643,98</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,9%</b>	<b>9.454.584,42</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,6%</b>



A receita total do município no ano de 2016 aumentou (+) 7,6% em relação ao ano anterior. Nas receitas correntes verifica-se um acréscimo de (+) 1,4%, apresentando-se estas com um peso importante na

estrutura das receitas municipais (84,4%). Nas receitas de capital verificou-se um acréscimo com bastante significado (+) 60,3%, aprox. (+) 555 mil euros.

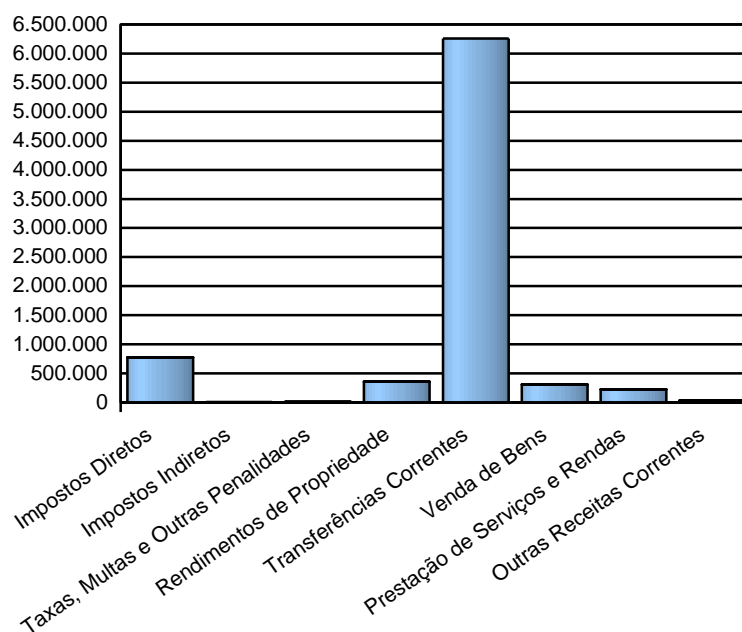
## 2.2 Receitas Correntes

A receita corrente da autarquia subdivide-se em diferentes componentes económicas, que constituem a sua estrutura principal, e as quais contribuem, com maior ou menor significado, para as receitas totais. É este detalhe que podemos analisar no quadro seguinte:

Quadro 5 - ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

(em € - Euros)

RECEITAS CORRENTES	2014		2015		VARIAÇÃO	2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	15/14 %	VALOR	%	16/15 %
Impostos Directos	949.697,43	12,2%	630.665,51	8,0%	-33,6%	775.308,95	9,7%	22,9%
Impostos Indirectos	8.569,09	0,1%	5.489,92	0,1%	-35,9%	7.413,26	0,1%	35,0%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	20.137,34	0,3%	15.042,11	0,2%	-25,3%	13.285,25	0,2%	-11,7%
Rendimentos de Propriedade	384.490,47	4,9%	336.656,37	4,3%	-12,4%	356.462,30	4,5%	5,9%
Transferências Correntes	5.905.884,02	76,0%	6.229.529,42	79,2%	5,5%	6.260.230,66	78,5%	0,5%
Venda de Bens	289.796,68	3,7%	397.555,44	5,0%	37,2%	305.603,25	3,8%	-23,1%
Prestação de Serviços e Rendas	203.781,43	2,6%	232.878,06	3,0%	14,3%	225.731,59	2,8%	-3,1%
Outras Receitas Correntes	18.961,18	0,2%	19.629,01	0,2%	3,5%	35.241,39	0,4%	79,5%
<b>TOTAL</b>	<b>7.781.317,64</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.867.445,84</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,1%</b>	<b>7.979.276,65</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,4%</b>



A componente mais elevada das receitas correntes (Transferências correntes) resulta da participação do município na repartição dos recursos públicos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal (FSM), do valor transferido para suportar as competências assumidas pela autarquia perante o Ministério da Educação, para além da participação variável no IRS e do financiamento de projetos de índole social e de promoção de emprego, quer de natureza comunitária quer da responsabilidade da administração central. Estas transferências correntes tiveram um acréscimo de unicamente (+) 0,5% em relação ao ano anterior e no seu conjunto representam 78,5% da receita corrente total, demonstrando a dependência financeira do município em relação ao setor público central do Estado.



Contribuem também com significado no peso das receitas correntes os impostos diretos (9,7%), - imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto municipal sobre transmissões de imóveis (IMT) e o imposto único de circulação (IUC) – verificando-se que o aumento de aprox. (+) 144 mil euros nas receitas desta componente, (+) 22,9%, se explica na quase totalidade pelo aumento do IMT cobrado, induzido pelo aumento das transações onerosas de imóveis a nível concelhio.

Nas receitas correntes é também de considerar a venda de bens (água) bem como a prestação de serviços e rendas (aluguer de espaços e equipamentos, serviços sociais, recreativos e culturais, resíduos sólidos, transportes e rendas de edifícios). A diminuição destas receitas, (-) 23,1% em relação ao ano anterior, é explicada, porque no ano de 2015 contemplou, pontualmente, a cobrança de eletricidade às Águas do Centro Alentejo, no valor de aprox. 92 mil euros, proveniente dos consumos de energia dos equipamentos instalados nos depósitos e furos de abastecimento de água, que o município tinha pago em anos anteriores, e que eram da responsabilidade daquela empresa. Em relação à prestação de serviços e rendas o decréscimo destas receitas, (-) 3,1%, aprox. (-) 7 mil euros, foi induzido pelo decréscimo das receitas com o aluguer de espaços e equipamentos e rendas de edifícios.

A receita proveniente dos rendimentos de propriedade (aprox. 356 mil euros), referente a juros de depósitos a prazo e a rendas de concessão da rede de distribuição de energia à EDP, é a terceira receita na hierarquia das receitas correntes municipais (4,5%), tendo tido um acréscimo de (+) 5,9%, aprox. (+) 20 mil euros, induzido pelo aumento no rendimento obtido nos juros de depósito a prazo, aprox. (+) 12 mil euros e na renda da EDP, aprox. (+) 8 mil euros.

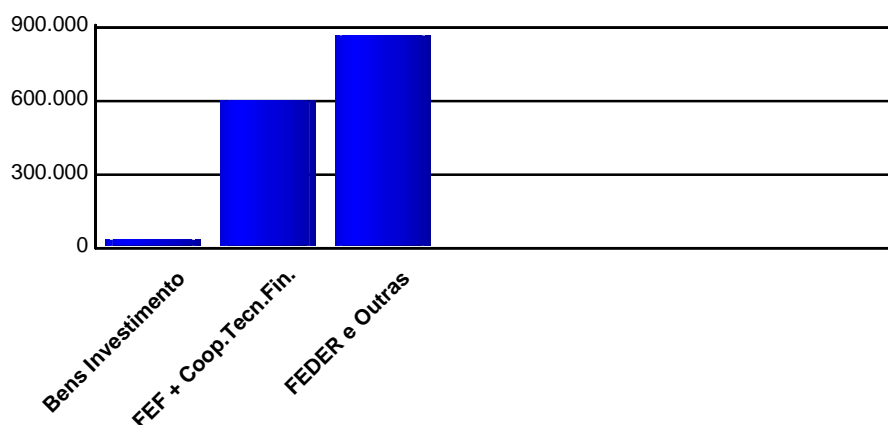
### 2.3 Receitas de Capital

A receita de capital do município também se apresenta detalhada em diversos itens económicos que interessa analisar a partir do seguinte quadro:

Quadro 6 - ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

RECEITAS DE CAPITAL	2014		2015		VARIÇÃO 15/14 %	2016		VARIÇÃO 16/15 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Venda de Bens de Investimento	92.362,62	9,9%	73.812,50	8,0%	-20,1%	24.256,03	1,7%	-67,1%
Trf. Capital - FEF e Coop. Tecn. Financ.	628.725,00	67,7%	622.733,00	67,7%	-1,0%	592.250,00	40,1%	-4,9%
Trf. Capital - FEDER e Outras	208.367,29	22,4%	223.652,64	24,3%	7,3%	858.801,74	58,2%	284,0%
Ativos Financeiros	58,00	0,0%	0,00	0,0%	-100,0%	-	-	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Repos. Não Abatidas Pagamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>929.512,91</b>	<b>100,0%</b>	<b>920.198,14</b>	<b>100,0%</b>	<b>-1,0%</b>	<b>1.475.307,77</b>	<b>100,0%</b>	<b>60,3%</b>



Como já fizemos questão de salientar, em termos globais as receitas de capital aumentaram (+) 60,3%, cerca de (+) 555 mil euros, em relação a igual período do ano anterior, induzidas em parte pelos valores recebidos referentes a projetos financiados pelo FEDER, executados fisicamente em anos anteriores, mas cuja respetiva comparticipação (receita) foi aprovada e arrecadada durante este ano, em resultado do encerramento financeiro e administrativo daqueles projetos. Verifica-se assim que as transferências de capital de natureza comunitária (FEDER) tiveram um acréscimo de aprox. (+) 635 mil euros referente, entre outros, ao recebimento das comparticipações financeiras dos projetos do Centro Social de Monte do Trigo, da Zona de Recreio de Alqueva, da Requalificação dos Parques Desportivos de Oriola e de São Bartolomeu do Outeiro e do Parque de Manutenção e Ginásio do Rossio. Salientamos que esta fonte de receita tem peso significativo no financiamento do orçamento autárquico e representou para a autarquia 58,2% das receitas de capital. A continuidade desta fonte de receita para os próximos 4/5 anos depende das regras e dos projetos municipais passíveis de integrar as candidaturas ao novo quadro de financiamento comunitário, e cujos enquadramentos normativos só muito recentemente começaram a ser definidos por parte da entidade gestora da administração central.

As receitas de capital com origem nas transferências regulares do Estado para as autarquias, em cumprimento da lei das finanças locais (FEF), continuam a assumir uma expressão considerável na totalidade das receitas de capital da autarquia (40,1%), e, na prática, constituem-se como a comparticipação anual do Estado para investimentos no concelho. Neste exercício económico este tipo de receita foi afetada negativamente pela diminuição de perto de (-) 30 mil euros, (-) 4,9% em relação ao ano anterior. No entanto este decréscimo verifica-se exclusivamente na rubrica da cooperação técnica e financeira e em resultado de, no ano de 2016, não ter existido qualquer contrato-programa com a administração central.

A venda de bens de investimento sofreu um decréscimo de (-) 67,1%, aprox. (-) 50 mil euros, em resultado da diminuição da receita proveniente de expropriações (das Estradas de Portugal, aprox. (-) 35 mil euros) e da venda de lotes de terrenos, aprox. (-) 15 mil euros. Esta componente representa atualmente 1,7% do volume total das receitas de capital apresentando-se contudo como uma receita aleatória, cujo montante arrecadado em cada ano será sempre função dos bens que a autarquia possa vir a ter para venda.

### 3. Execução da Despesa

A análise da despesa autárquica ilustra, em termos gerais, o nível de ações, atividades e investimentos que o município desenvolveu e realizou durante o exercício económico e que, conseqüentemente, refletirá o maior ou menor grau de satisfação dos munícipes. Uma primeira análise pode ser feita a partir da estrutura dessa mesma despesa.

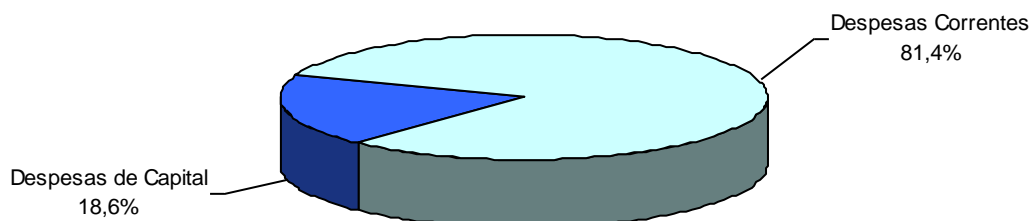
#### 3.1 Estrutura da Despesa

A despesa do município é caracterizada por duas grandes classificações económicas: as Despesas Correntes e as Despesas de Capital e que apresentamos no seguinte quadro:

Quadro 7 - ESTRUTURA DA DESPESA

(em € - Euros)

DESPESAS	2014		2015		VARIAÇÃO	2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	15/14 %	VALOR	%	16/15 %
Despesas Correntes	7.385.607,88	87,1%	7.224.451,88	82,6%	-2,2%	7.250.325,81	81,4%	0,4%
Despesas de Capital	1.093.556,35	12,9%	1.525.567,56	17,4%	39,5%	1.660.216,57	18,6%	8,8%
<b>TOTAL</b>	<b>8.479.164,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.750.019,44</b>	<b>100,0%</b>	<b>3,2%</b>	<b>8.910.542,38</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,8%</b>



As despesas correntes mantiveram-se sensivelmente idênticas ao valor do ano anterior (registaram um acréscimo de (+) 0,4%) continuando a ter um peso preponderante e fundamental (de 81,4%) na estrutura global da despesa da autarquia. Contudo, as despesas de capital, que representam 18,6% da totalidade dos custos do Município, verificaram um acréscimo durante este ano de 2015, (+) 8,8%, cerca de (+) 135 mil euros. A despesa total do município aumentou (+) 1,8% em relação ao ano anterior.

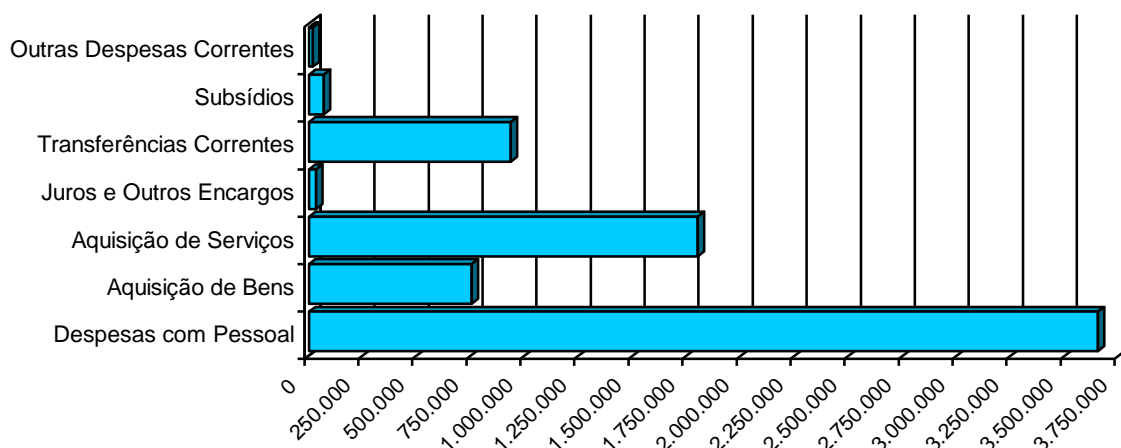
### 3.2 Despesas Correntes

A despesa corrente pode ser analisada através das grandes rubricas económicas que constituem a sua estrutura principal e as quais contribuem e explicam as atividades e ações, correntes, que são muito relevantes para a autarquia. O detalhe é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro 8 - ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

(em € - Euros)

DESPESAS CORRENTES	2014		2015		VARIÇÃO 15/14 %	2016		VARIÇÃO 16/15 %
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%	
Despesas com Pessoal	3.561.274,48	48,2%	3.596.699,66	49,8%	1,0%	3.649.482,20	50,3%	1,5%
Aquisição de Bens	830.476,29	11,3%	749.882,21	10,4%	-9,7%	750.845,88	10,4%	0,1%
Aquisição de Serviços	1.901.767,61	25,8%	1.739.035,40	24,1%	-8,6%	1.797.694,22	24,8%	3,4%
Juros e Outros Encargos	39.244,49	0,5%	36.759,51	0,5%	-6,3%	33.253,83	0,5%	-9,5%
Transferências Correntes	879.842,03	11,9%	933.513,58	12,9%	6,1%	933.755,59	12,9%	0,0%
Subsídios	121.441,54	1,6%	133.790,67	1,8%	10,2%	68.709,63	0,9%	-48,6%
Outras Despesas Correntes	51.561,44	0,7%	34.770,85	0,5%	-32,6%	16.584,46	0,2%	-52,3%
<b>TOTAL</b>	<b>7.385.607,88</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.224.451,88</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,2%</b>	<b>7.250.325,81</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,4%</b>



A estrutura das despesas correntes manteve-se próxima da estrutura dos anos anteriores com um aumento global pouco significativo de (+) 0,4%, que corresponde a um acréscimo absoluto de cerca de (+) 26 mil euros.

As despesas com pessoal conjuntamente com a aquisição de serviços são as rubricas que alcançam os valores com maior peso nesta estrutura, representando respetivamente 50,3% e 24,8% da totalidade das despesas correntes. As despesas com pessoal mantiveram-se sensivelmente ao nível do ano anterior, com um acréscimo não significativo de (+) 1,5%, aprox. (+) 53 mil euros e que resulta do início da reposição das remunerações na administração local e conseqüentemente dos encargos para a segurança social.

A rubrica de aquisição de bens (combustíveis, água, material de escritório, produtos de limpeza e de desinfeção, peças para conservação de veículos e equipamentos, material de educação cultura e recreio - equipamentos culturais e manuais escolares, entre outros) manteve-se ao mesmo nível do ano anterior. Já na componente de aquisição de serviços (da qual se destacam os encargos com a iluminação pública, os transportes escolares, a locação e conservação de bens, os seguros e comunicação e vários outros serviços), verificou-se um acréscimo de (+) 3,4% (cerca de (+) 59 mil euros) resultante quer por razão do aumento do custo destes serviços mas também pelo incremento das ações e atividades autárquicas inerentes a este tipo de despesa.

Nas transferências correntes (para as freguesias e associações de municípios, para as instituições sem fins lucrativos e famílias) verifica-se que se conseguiu manter os valores gastos do ano anterior, refletindo a manutenção das atividades e ações da autarquia em prol das instituições, das associações e das pessoas.

Quanto à rubrica de subsídios atribuídos, a qual está diretamente relacionada com o financiamento, por parte do IEF, dos programas de emprego-inserção (projetos CEI+, destinados a desempregados, sem subsídio de desemprego ou em situação de procura de 1.º emprego), apresenta um decréscimo de aprox. (-) 65 mil euros, o qual foi gerado pela não implementação destas medidas de apoio ao emprego durante este ano de 2016, e que são da responsabilidade daquele órgão desconcentrado da administração central. Contudo o Município, como entidade empenhada na promoção e execução destes programas de combate ao desemprego, continua envolvido na sua execução mantendo por isso as candidaturas apresentadas desde os finais de 2015.

Os Juros e outros encargos tiveram uma diminuição de cerca de 4 mil euros, mantendo no entanto o seu peso relativo na estrutura das despesas corrente da autarquia (0,5%). As outras despesas correntes (IVA a pagar, restituições e serviços bancários) sofreram um decréscimo em relação ao ano anterior que ronda os (-) 18 mil euros. Estas duas rubricas, no entanto, têm um peso pouco significativo nas despesas correntes da autarquia.

### **3.3 Atividades relevantes**

Assim a autarquia de Portel, durante este ano de 2016, continuou a apoiar e desenvolver em diferentes áreas (educação, cultura, desporto, tempos livres, saúde, ação social, saneamento e abastecimento de água, desenvolvimento económico, proteção civil, etc...) atividades, iniciativas e ações correntes, que se revestiram de grande importância para o desenvolvimento económico e social do concelho e para a melhoria e qualidade de vida dos nossos munícipes, e das quais, entre outras, destacamos:

- **Oferta de manuais escolares**, totalmente gratuitos, a todos os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade, bem como um apoio financeiro aos alunos que, pela natureza do seu ensino, não necessitam desses manuais;
- **Concessão de subsídio financeiro de estudo** a todos os alunos residentes no concelho de Portel que frequentem cursos em estabelecimentos de ensino superior;
- **Transportes escolares** e a comparticipação financeira desses transportes a todos os alunos do concelho que deles necessitem e que tenham enquadramento legal, nomeadamente alunos do 1.º ao 3.º ciclo, do ensino secundário (regular e profissional) e crianças do pré escolar residentes em montes e freguesias sem transportes públicos;
- **Atividades de enriquecimento curricular** (inglês, música, ciências, natação e atividade física e desportiva) em todas as escolas do concelho, complementadas com **atividades de apoio à família** (filosofia para crianças, cante alentejano, jogos tradicionais, atividades na biblioteca, assegurando-se assim atividades lúdicas e pedagógicas no tempo de permanência dos alunos nas escolas);
- **Atividades de prolongamento de horários** para a educação pré-escolar, bem como a dinamização de atividades físicas e de música nos jardins-de-infância em simultâneo com o programa de fornecimento de refeições às crianças do pré-escolar e do 1.º ciclo;
- Funcionamento de **bibliotecas escolares** e programa de distribuição de **fruta escolar**;
- **Atividades de ocupação de tempos livres** nos períodos de pausa letiva bem como o **programa de férias desportivas** para as crianças e jovens do concelho;
- **Subsídio ao AEP - Agrupamento de Escolas de Portel** e apoio e colaboração em diversas atividades nomeadamente, e entre outras, no **desfile de Carnaval das Escolas**, nas comemorações do “**São Martinho**” com o tradicional “magusto” e ofertas de castanhas e no “**Viva a Escola**”, evento que assinala a festa de final de ano letivo dos estabelecimentos escolares do concelho;
- **Cedência de transporte** gratuito em todas as **viagens de estudo** e de **desporto escolar** promovidas pelo AEP;
- **Dinamização da Biblioteca Municipal** com atividades de grande interesse e de excelente qualidade, as quais tem envolvido público de todas as idades;
- **Programação cultural de referência no Auditório Municipal**, desde a projeção regular de cinema, passando por espetáculos e outras atividades de natureza educativa recreativa e cultural;
- **Organização do Festival de Cinema** “O Castelo em Imagens” e do respetivo Concurso Nacional Escolar;
- **Exposições de vária natureza** e índole artística no Pavilhão Temático “A Bolota”, na Capela de Santo António e no Auditório Municipal;
- **Organização de diversas atividades** que contribuem para a melhoria do ensino e o sucesso escolar, tais como as comemorações do “**Mês da Criança**” e o programa “**Festa com Livros**”, o qual inclui também o “**Concurso de Escrita Criativa**” para os alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo;
- **Atividades gratuitas** da **Escola Municipal de Artes do Espetáculo**, tais como teatro, ballet, sevilhanas, hip-hop, dança contemporânea, ginástica e aulas de natação;
- **Diversas atividades** da **Universidade Sénior de Portel**, de que destacamos a tuna, o canto, o teatro, a costura, a informática, a hidroginástica, a história local, a dança e também os excelentes espetáculos e atividades de encerramento do ano letivo;
- Funcionamento e dinamização das **Piscinas Municipais** Cobertas e Descobertas;
- **Apoios e colaboração** com as associações, paróquias, grupos desportivos, grupos corais e outras coletividades do concelho **através de subsídios financeiros, cedência de transportes e outros significativos apoios logísticos** em diversas iniciativas;
- **Apoios logísticos às Comissões de Festas** tornando possível a realização das festividades tradicionais em todas as freguesias do concelho;

- **Abertura e cedência do antigo edifício do Jardim de Infância de Alqueva**, à Associação Cultural “Vozes de Alqueva” para desenvolvimento da sua atividade recreativa e cultural com os jovens e restante população da freguesia;
- **Vários eventos e espetáculos apoiados e/ou organizados pela autarquia** os quais durante este ano tiveram um elevado envolvimento da população, das associações e dos jovens e de que destacamos, o “Mês da Música”, o “Mês da Juventude”, o “Festival Portel +Jovem”, o “Estágio Nacional de Orquestra de Sopros”, o programa “Setembro é Desporto”, a “Prova de Natação nas Águas Abertas do Grande Lago de Alqueva”, a “Taça Amizade em Futebol de 11”, a “Prova Alqueva de Pesca Embarcada ao Achigã”, o “Troféu Nacional de Motonáutica”, o “Campeonato Nacional Troféu Amieira Marina” em Jetski e Motas de Água;
- **Apoio, em colaboração** com a CIMAC, à Volta ao Alentejo em Bicicleta bem como à edição anual da Festa da Malha;
- **Colaboração e apoio financeiro** a lançamentos e a edições de livros da autoria de jovens promissores escritores portelenses;
- **Apoio e organização** de diversos seminários e colóquios sobre variados temas, quer por iniciativa da autarquia quer em colaboração com outras entidades;
- **Apoios logísticos e subsídios financeiros** às Associações de Solidariedade Social (IPSS’s) do concelho e colaboração em campanhas de ajuda e de angariação de produtos aos mais carenciados;
- **Atribuição de benefícios aos titulares do “Cartão do Idoso +MAIS”** e que têm o seu maior significado na comparticipação de medicamentos e no apoio financeiro para as “caianças” das suas habitações;
- **Distribuição do “Cabaz de Natal”**, na época natalícia, a todos os beneficiários do cartão municipal do idoso, constituído essencialmente por géneros alimentícios;
- **Organização da Festa/Almoço de Reformados** do concelho, a qual decorreu num ambiente de excelente convívio e animação, envolvendo cerca de 700 idosos;
- **Passeio de Barco** para os reformados do concelho a águas do Grande Lago de Alqueva, entre a Marina da Amieira e o cais de Monsaraz, com almoço convívio;
- **Implementação do PMOTJ - Programa Municipal de Ocupação Temporária de Jovens**, destinado a jovens do concelho de Portel, entre os 18 e os 25 anos, desempregados ou à procura do primeiro emprego, os quais colaboram e exercem atividades socialmente úteis em todas as freguesias do concelho;
- **Comemorações e festas populares do “25 de Abril”**, assinalando-se ainda durante este ano o “Dia Internacional da Mulher”, o “Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios” e o “Dia Mundial da Saúde”;
- **Organização dos eventos “Congresso das Açordas”**, o qual, a par da animação, valoriza e divulga um dos pratos mais tradicionais da gastronomia do concelho, do **“Festival Internacional de Folclore”** e da **“PortelAves”**, integrados no programa **“Agosto em Festa”**, que para além de exposições, espetáculos musicais e muita animação incluiu a Mostra e Feira de Atividades Económicas, o Concurso do Mel e a Feira do Livro e ainda, durante o mês de Setembro, da **“Feira Medieval”**, a qual se revestiu de grande interesse histórico, cultural e recreativo;
- **Organização da “Feira do Montado”**, bem como dos aspetos logísticos necessários às iniciativas que lhe estão associadas de carácter comercial, gastronómico, desportivo, recreativo, cultural, técnico e científico e de animação. Destacamos na edição deste ano a cobertura em direto deste evento através do programa “Aqui Portugal” da RTP1;
- **Participação na “BTL – Feira Internacional do Turismo”**, em Lisboa, na **“Ovibeja”** em Beja e na **“Feira do Gurumelo”** em Vila Nueva del Fresno – Espanha, na **“FEHISPOR-Feira Multisetorial de Espanha e Portugal”**, na cidade de Badajoz (Espanha) e ainda em outros certames da mesma

natureza promovidos por diversas entidades e municípios, tendo em vista a promoção e divulgação das potencialidades e atividades do nosso concelho;

- **O funcionamento do GIP-Gabinete de Inserção Profissional** em colaboração com IEFP;
- **A colaboração com a DECO-Évora**, através do **Gabinete de Apoio ao Consumidor**, proporcionando aos munícipes um atendimento jurídico gratuito que presta informações e apoio na resolução de conflitos de consumo e em situações de sobre-endividamento das famílias.
- **A abertura do percurso pedestre** “Amieira a Alqueva com o Lago a seus Pés” que resultou de um projeto em colaboração com a ERT - Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, possibilitando aos caminheiros a oportunidade de descobrir as diversificadas paisagens que formam o vasto e rico património natural e cultural da zona do Lago de Alqueva;
- **O apoio e desenvolvimento** do projeto intermunicipal “**Grande Rota do Montado**”, em colaboração com a CIMAC, e o qual envolve a criação de percursos de natureza, pedestres e cicláveis, ligando os diferentes concelhos do Distrito de Évora e cujo traçado no nosso concelho está basicamente delineado na Serra de Portel e na zona envolvente do Grande Lago de Alqueva;
- **A continuidade de uma recolha de resíduos sólidos urbanos** e dos serviços de **abastecimento de água** para consumo público, com qualidade;
- **A realização de trabalhos de corte de vegetação**, de limpeza de bermas e de valetas nas estradas da responsabilidade do município bem como a execução de diversos melhoramentos e intervenções de **conservação e beneficiação dos caminhos agrícolas** em todas as freguesias;
- **A manutenção do apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel** bem como do funcionamento da equipa de Sapadores Municipais;
- **Continuidade dos trabalhos de “Modernização Administrativa”** que visam a desmaterialização e informatização de processos e procedimentos administrativos municipais, com o objetivo de melhorar os serviços internos e também os serviços autárquicos prestados aos munícipes;
- **Organização do jantar anual de Natal** para trabalhadores e colaboradores do município, respetivas famílias, aposentados e eleitos, num animado convívio e confraternização, entregando ainda prendas às crianças filhos de trabalhadores;
- **Manutenção do diálogo aberto com os trabalhadores da autarquia** e os seu representantes sindicais com vista a melhorar as suas condições de trabalho;
- **Colaboração e apoio às Juntas de Freguesia** para a realização de obras e iniciativas diversas, garantindo a continuidade das transferências financeiras previstas nos Contratos Interadministrativos de delegação de competências;
- **Colaboração com as Juntas de Freguesia** e outras entidades que promoveram neste verão diversas **atividades de tempos livres** garantindo gratuitamente o transporte das crianças para as piscinas municipais. A autarquia colaborou ainda nas iluminações natalícias das freguesias que o solicitaram;
- **Manutenção**, duas vezes por semana, do **transporte público dos munícipes** de Alqueva e Amieira para Portel e regresso, bem como de S. Bartolomeu do Outeiro para a sede do concelho, uma vez por semana;

### **3.4 Outras atividades**

Torna-se necessário também mencionar neste relatório muitas atividades do executivo municipal que, embora não tendo expressão orçamental visível, se tornaram durante este ano, bastante importantes para o bom desempenho da atividade municipal. Assim:

- Realizou-se em Portel, na Biblioteca Municipal, uma reunião da **Comissão Executiva da Candidatura do Montado a Património da Humanidade** e na qual foi apresentada e discutida uma proposta de Plano de Gestão, bem como abordados aspetos significativos do desenvolvimento futuro desta candidatura;

- O Município de Portel, através do seu Presidente, esteve presente em Évora, nas instalações da CIMAC, numa **reunião com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins**, na qual foram abordados diversos assuntos sobre o setor das Águas e dos Recursos Hídricos;
- O executivo municipal acompanhou a **visita do Dr. José Ramos-Horta**, Prémio Nobel da Paz de 1996, numa visita ao empreendimento do Lago de Alqueva, nomeadamente à Amieira-Marina;
- O Presidente da autarquia, **acompanhou a Sr.ª Secretária de Estado do Turismo, Dr.ª Ana Mendes Godinho**, na sua visita ao empreendimento de turismo náutico da Amieira-Marina, tendo-lhe sido transmitido as potencialidades mas também as preocupações e os constrangimentos referentes à utilização do plano de água de Alqueva e ao aproveitamento turístico das suas margens e zonas envolventes;
- O Presidente da Câmara Municipal acompanhou **o Sr. Primeiro Ministro, Dr. António Costa**, na sua visita ao Centro de Formação do IEFP de Évora e às instalações fabris da Embraer, na mesma cidade;
- Por ocasião da sua Visita Pastoral à Paróquia de Portel, **Sua Excelência Reverendíssima D. José Francisco Alves, Arcebispo de Évora, visitou os Paços do Concelho**, tendo sido recebido pelo executivo camarário e seus funcionários, numa cerimónia solene na Sala Nobre da Câmara Municipal, e na qual transmitiu a todos os presentes a sua mensagem de Solidariedade, de União entre os Homens e de Esperança para um Mundo melhor;
- O Presidente do Município esteve presente em Évora numa **reunião com a Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Dr.ª Graça Fonseca**, na qual foi abordado o relançamento do SIMPLEX, que visa o desenvolvimento e a implementação de mecanismos de modernização e simplificação administrativa;
- O Município **reuniu com a administração da EPAL-Empresa Pública das Águas Livres**, responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, no qual a autarquia está incluída, abordando a situação das ETAR's em conclusão (Amieira e Alqueva), em remodelação (Portel) e dos projetos cujo início de execução é uma necessidade urgente (Monte do Trigo, Santana, São Bartolomeu do Outeiro e Vera Cruz);
- O Presidente da Câmara Municipal esteve presente no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, na **recepção solene do novo Presidente da República, Prof.º Marcelo Rebelo de Sousa**, por ocasião da sua tomada de posse;
- Sua Excelência **o Presidente da República, Prof.º Marcelo Rebelo de Sousa, visitou o concelho de Portel**, estando presente na Escola EB 2,3 D. João de Portel, onde foi recebido com muito agrado e reconhecimento, pelo Executivo do Município de Portel, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Portel, e pela Sr.ª Diretora do Agrupamento, acompanhados pelos deputados eleitos na Assembleia da República pelo Distrito de Évora, professores, pessoal auxiliar, por muitos autarcas e entidades do concelho, pela população em geral e de uma forma muito especial e calorosa pelos nossos alunos. O Chefe de Estado demonstrou nesta iniciativa bastante interesse em conhecer a realidade das nossas gentes e das regiões mais desfavorecidas do interior do país;
- **A Sr.ª Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Dr.ª Helena Mesquita Ribeiro visitou o edifício do Tribunal Judicial de Portel** (que se encontrava na altura encerrado), sendo acompanhada pelo Presidente da Câmara Municipal, juntamente com a restante vereação e o Presidente da Assembleia Municipal. Nesta visita aquele membro do governo transmitiu-nos o propósito do Ministério da Justiça em reabrir o Tribunal Judicial de Portel, demonstrando o executivo a total disponibilidade e empenho da autarquia para cooperar construtivamente com o Ministério da Justiça, para concretizar materialmente aquele compromisso;
- **A Sr.ª Ministra da Justiça, Dr.ª Francisca Van Dunem**, para assinalar o início do novo ano judicial e relevar a vontade política do atual governo em aproximar a justiça dos cidadãos, **visitou o Tribunal**



**de Portel**, reafirmando a decisão do Ministério da Justiça em reabrir em Portel os serviços judiciais. Acompanhada do executivo autárquico, este membro do governo teve a oportunidade de avaliar as obras de manutenção, conservação e reparação do exterior e interior do edifício levadas a efeito pela autarquia;

- O executivo da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal estiveram presentes no Centro de Saúde de Portel, **acompanhando a visita do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Prof. Doutor Fernando Araújo**, por ocasião da cerimónia de lançamento nacional do Projeto Piloto de Saúde Oral nos Cuidados de Saúde Primários, que permitirá a permanência de médicos dentistas e pessoal especializado auxiliar no Centro de Saúde de Portel. Nesta visita aquele membro do governo também se mostrou empenhado em reforçar pessoal médico e de enfermagem, permitindo assim uma melhor resposta às necessidades dos serviços de saúde da nossa comunidade;
- A autarquia **reuniu com os responsáveis pela Administração Regional de Saúde do Alentejo**, onde foram abordados as questões relacionadas com os serviços e consultas médicas no Centro de Saúde de Portel.
- Integrado nas comemorações da Revolução de Abril, através de uma cerimónia simples mas de grande distinção **foi dado o nome do Dr. António Galhordas, a uma rua da vila de Portel**, nomeadamente no principal arruamento do Loteamento da Horta Cruz. A cerimónia contou com a presença da sua família, de muitos autarcas, ex-autarcas e da população em geral, ficando assim eternamente perpetuado e dignificado o nome e a memória do Dr. António Galhordas, médico cirurgião, grande autarca que presidiu a Assembleia Municipal de Portel durante 12 anos e que, no âmbito da sua profissão e de uma forma muito disponível e abnegada, muito ajudou a população do nosso concelho;
- O concelho de Portel contou com a **presença do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Dr. Luís Capoulas Santos, na inauguração da Feira do Montado**. Este membro do governo apresentou ainda, neste evento de dimensão nacional, a Discussão Pública sobre a Reforma do Setor Florestal;
- O Município de Portel esteve **presente em Olivença nas Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**, promovidas por esta autarquia espanhola de origem portuguesa;
- A autarquia participou na **conferência promovida pela CIMAC subordinada ao tema “O Poder Local e a Constituição da República Portuguesa”**, que teve lugar em Évora, no auditório da CCDD Alentejo;
- O executivo municipal, no âmbito das comemorações do 3.º Aniversário do Núcleo de Portel do Sporting Clube de Portugal, **recebeu nos Paços do Concelho** o Presidente daquele clube de relevo nacional, **Dr. Bruno de Carvalho**;
- Foi **celebrado em Portel, o Dia da Universidade Popular Túlio Espanca**, e na qual participaram cerca de 150 alunos dos pólos das Universidades Seniores de Alandroal, Viana do Alentejo, Portel, S. Miguel de Machede e Canaviais. A Tuna da Universidade Sénior de Portel também se associou às comemorações **do Dia da Universidade de Évora**, com uma brilhante atuação que teve lugar na Sala dos Actos daquela Instituição de ensino superior;
- O Município participou em **diversas reuniões e fóruns** onde foram debatidos, discutidos e questionados as diferentes áreas relacionadas com as autarquias locais e os vários domínios passíveis de intervenção e financiamento no novo quadro comunitário “Portugal2020” e “Alentejo – 2020” e “Interreg V – A 2014 – 2020”, e principalmente com as entidades CIMAC, ATLA, AMCAL, ERTurismo, IEFP, CCDD-A, EDIA, ANPC, ICNF, entre outros.

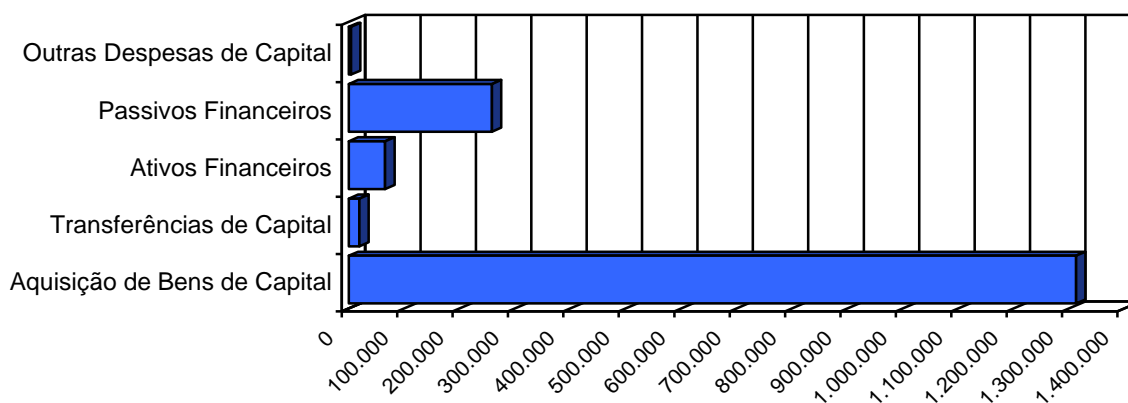
### 3.5 Despesas de Capital

As despesas de capital da autarquia constituem em geral os investimentos do município e surgem detalhadas em diversos itens económicos que podemos analisar a partir do quadro seguinte:

Quadro 9 - ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

(em € - Euros)

DESPESAS DE CAPITAL	2014		2015		VARIAÇÃO	2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	15/14 %	VALOR	%	16/15 %
Aquisição de Bens de Capital	754.982,72	69,0%	1.166.909,05	76,5%	54,6%	1.312.625,66	79,0%	12,5%
Transferências de Capital	103.695,88	9,5%	37.934,56	2,5%	-63,4%	19.194,66	1,2%	-49,4%
Activos Financeiros	-	-	65.652,00	4,3%	-	65.652,00	3,9%	0,0%
Passivos Financeiros	230.738,28	21,1%	255.071,95	16,7%	10,5%	258.364,14	15,6%	1,3%
Outras Despesas de Capital	4.139,47	0,4%	0,00	0,0%	-100,0%	4.380,11	0,3%	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.093.556,35</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.525.567,56</b>	<b>100,0%</b>	<b>39,5%</b>	<b>1.660.216,57</b>	<b>100,0%</b>	<b>8,8%</b>



Como já afirmámos, neste grupo de despesas é determinante o papel da aquisição de bens de capital (Investimento) o qual representa, no ano em curso, cerca de 79,0% do montante das despesas de capital, verificando-se um aumento considerável em relação ao ano anterior de (+) 12,5%, aprox. (+) 146 mil euros.

A componente ativos financeiros representa a comparticipação do município no FAM - Fundo da Apoio Municipal, montante que a autarquia irá pagar anualmente durante os próximos 5 anos (até ao ano de 2021), e que equivale a 3,9% da totalidade das despesas de capital.

As transferências de capital, incluem os valores transferidos para as associações de municípios, associações e instituições sem fins lucrativos considerados como financiamento de bens de capital/investimento, nomeadamente a comparticipação de projetos intermunicipais da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CTD - Centro de Serviços Partilhados, Modernização Administrativa do Alentejo Central e projeto EEEF - Estratégia Eficiência Energética), o apoio aos Bombeiros Voluntários de Portel em equipamentos e apoios pontuais a coletividades e instituições sociais, considerados como investimentos. Estas despesas representam 1,2% da totalidade das despesas de capital e o seu valor em cada ano é função dos projetos concretos destas entidades.

Os montantes pagos na rubrica passivos financeiros (amortizações de empréstimos a médio e longo prazo, e que serão analisados de forma mais detalhada no ponto 5. deste relatório) tiveram uma variação

positiva, em relação ao ano anterior, de aprox. (+) 3 mil euros.

### 3.5.1 Estrutura dos bens de capital

Para análise detalhada das despesas incluídas na rubrica aquisição de bens de capital apresenta-se a sua subdivisão no quadro seguinte:

Quadro 10 - ESTRUTURA DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL (em € - Euros)

AQUIS.BENS DE CAPITAL	2014		2015		VARIAÇÃO	2016		VARIAÇÃO
	VALOR	%	VALOR	%	15/14 %	VALOR	%	16/15 %
Terrenos	10.853,75	1,4%	18.250,00	1,6%	68,1%	2.204,80	0,2%	-87,9%
Habitacões	-	-	15.000,00	1,3%	-	0,00	0,0%	-100,0%
Edifícios	415.006,87	55,0%	413.454,27	35,4%	-0,4%	291.362,08	22,2%	-29,5%
Construções Diversas	239.272,65	31,7%	548.729,89	47,0%	129,3%	645.559,42	49,2%	17,6%
Material de Transporte	-	-	32.965,29	2,8%	-	191.356,28	14,5%	480,5%
Maquinaria e Equipamento	74.890,34	9,9%	129.653,30	11,1%	73,1%	124.431,31	9,5%	-4,0%
Outros Investimentos	10.544,79	1,4%	8.856,30	0,8%	-16,0%	15.500,00	1,2%	75,0%
Locação Financeira	4.414,32	0,6%	0,00	-	-100,0%	42.211,77	3,2%	-
<b>TOTAL</b>	<b>754.982,72</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.166.909,05</b>	<b>100,0%</b>	<b>54,6%</b>	<b>1.312.625,66</b>	<b>100,0%</b>	<b>12,5%</b>

Neste grupo de despesas está incluída na rubrica de “**Terrenos**” unicamente, o valor da expropriação de terrenos da obra de requalificação da estrada municipal Portel-Amieira que só este ano, e por razão de desatualização de registos, se encontrou em condições de ser liquidada ao proprietário.

Na componente “**Edifícios**”, que representa 22,2% do total do investimento autárquico, são de salientar as remodelações e beneficiações em edifícios autárquicos, nomeadamente, e entre outras:

- **as obras de remodelação do edifício sede da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu do Outeiro** e as obras de ampliação e remodelação do edifício da Junta de Freguesia de Oriola e das instalações sanitárias, tornando estes espaços mais funcionais para os serviços administrativos e de atendimento naquelas freguesias e com maior dignidade para a utilização pública;
- **As intervenções de reabilitação das instalações edificadas do estaleiro municipal do Rossio** na zona industrial de Portel (edifícios, armazéns, balneários, lavandaria, instalações sanitárias e espaço exterior envolvente), incluindo-se ainda a ampliação e reabilitação do canil municipal (arranjos de construção civil e construção de celas de isolamento) com vista a dotar aquele espaço de condições mais condignas ao uso a que se destinam;
- A elaboração do **projeto de remodelação e beneficiação da Escola EB 2,3 D. João de Portel**, cujo objetivo é melhorar as infraestruturas existentes ao nível da funcionalidade e acessibilidade dos espaços interiores e espaços exteriores, com realocações e intervenções nas salas de aulas, de atividades, laboratórios, biblioteca, cozinha, refeitório, instalações sanitárias, espaços administrativos, e a construção de uma sala de convívio de alunos. Incluem-se também nesta rubrica **as obras correntes de reparação e manutenção** de que destacamos a aquisição de uma nova caldeira de para aquecimento de água do pavilhão gimnodesportivo;
- Diversas obras de **reparação e manutenção em todos os edifícios escolares do concelho**, tendo maior significado a **beneficiação dos espaços exteriores da Escola Básica e Jardim de Infância de Oriola**, que incluiu a substituição integral do equipamento e pavimento do Parques Infantil e reabilitação do espaço de recreio exterior;
- Renovação do **mobiliário das bibliotecas escolares**;
- **Beneficiações do mercado municipal** e obras conservação e **manutenção nos vários edifícios da autarquia**;

- Conclusão das obras e **aquisição de equipamento para** o Centro de Interpretação da Natureza e do Montado - **S. Pedro**;
- Instalação de **equipamentos de ar condicionado** nos diversos edifícios municipais;

Quanto às “**Construções Diversas**”, que correspondem a 49,2% da totalidade da despesa em bens de capital e que neste ano verificaram um acréscimo de (+) 17,6%, aprox. (+) 196 mil euros em relação ao ano anterior, é de realçar, entre outras;

- As obras de requalificação do **Largo das Olarias e Rua dos Arcos** em Portel, com vista à reabilitação total daquele arruamento e respetivo espaço público de lazer incluindo as suas varandas, dando uma nova e grande dignidade aquele espaço público de lazer;
- As obras de **requalificação de pavimentos** e da rede de águas na Rua Isidoro Rico, na Rua Dr. Albano Tavares e na Rua Dr. José Hipólito, em Portel;
- A requalificação dos Lavadouros **Municipais da Travessa do Regato (“Lago”)** que reabilitou aquele equipamento e o respetivo espaço envolvente;
- A execução de **muro de suporte na Rua da Vidigueira**, junto aos Bombeiros, para alargamento daquele troço viário de forma a melhorar a circulação pedonal e a iluminação pública;
- A obra de **Requalificação Urbana da Rua de Évora e da Rua do Cemitério**, em Monte do Trigo, melhorando a circulação pedonal, valorizando e dando nova e grande dignidade àquela via principal da freguesia;
- As **obras de reabilitação e pavimentação em calçada a cubo da Rua das Taipas e do Largo do Prior**, em Monte do Trigo, com a melhoria da iluminação pública e arranjo exterior (calçada a cubo, colocação de bancos e árvores) do espaço público pedonal e de lazer junto ao Loteamento Habitacional e Estaleiros da Junta de Freguesia;
- A intervenção nos **pavimentos do Largo da Praça Pública e da Rua Larga**, em Oriola, os quais foram alvo de uma total requalificação urbana e de iluminação, tendo em vista a reabilitação total daquele arruamento e espaço público de lazer;
- A intervenção de requalificação com **novo pavimento em calçada na Rua 5 de Outubro e a Travessa dos Quintais**, em Alqueva;
- As intervenções de conservação e **reposição de pavimentos e calçadas, um pouco por todo o concelho**;
- As obras de manutenção e **conservação do exterior e interior do edifício do Tribunal Judicial** de Portel, na continuidade da decisão do Ministério da Justiça em reabrir em Portel os serviços judiciais;
- A colocação de **iluminação pública** no arruamento de acesso às garagens e logradouros das habitações **no loteamento da Horta da Nora**, em Amieira, bem como **no caminho entre a Rua de Alvito e os estaleiros da Junta de Freguesia**, em S. Bartolomeu do Outeiro e na rua de acesso às garagens no **loteamento habitacional de Santana**;
- As obras de substituição e **requalificação do “passadiços” e outros pavimentos do Parque da Matriz**, em Portel;
- A instalação de um **novo equipamento de diversão infantil no Parque do Rossio** e a aquisição de **novos equipamentos e pisos em borracha para aplicação nos vários parques infantis do concelho** da responsabilidade da autarquia;
- A substituição das **lâmpadas e dos projetores de iluminação do Parque de Jogos D. Manuel II**, em Monte do Trigo;
- A abertura e funcionamento **da nova sala de ginásio de manutenção do Pavilhão Municipal Multiusos** de Monte do Trigo, destinado à prática de fitness e musculação, dotando-se ainda a sala principal do pavilhão de condições cénicas e acústicas para que nele possam ter lugar diversos tipos de espetáculos;

- As obras de requalificação e **beneficiação na sede do Clube de Caçadores** de Oriola, sendo esta reaberta e colocada à disposição dos seus sócios;
- As obras de **requalificação, beneficiação e adaptação da nova sede da Associação de Pescadores** de Monte do Trigo, instalada nos antigos escritórios da Ex-UCP “Rainha do Alentejo”, daquela freguesia, a qual já se encontra em funcionamento e à disposição dos seus sócios;
- A elaboração do **projeto de beneficiação, remodelação e ampliação das Piscinas Descobertas Municipais de Portel**, o qual inclui, para além da requalificação total da piscina de 25m, do tanque de saltos e dos espaços envolventes, a construção definitiva de balneários, de um bar de apoio e de uma nova piscina infantil. Este projeto de investimento é ainda complementado com novos equipamentos de tratamento de água bem como a **construção de uma piscina de ondas**;
- As diversas **obras de ampliação e remodelação e beneficiação da rede de águas em todas as freguesias** do concelho;
- A conclusão **das obras de ampliação do cemitério Santana**, que envolveram calçadas interiores, requalificação dos espaços exteriores na envolvente deste equipamento público e as instalações sanitárias;
- As obras de **ampliação do cemitério de Portel**, com a ligação entre o cemitério novo e o antigo, a pavimentação em calçada das ruas interiores, os trabalhos de reposição de muros, terraplanagem e compactação para alargamento da via de acesso e da futura zona de estacionamento deste espaço público, bem como a execução de um novo troço para desvio e reencaminhamento das águas pluviais daquela zona;
- As obras de restauro e **requalificação do Talhão dos Combatentes**, no Cemitério de Portel, as quais deram uma nova e grande dignidade àquele espaço, onde repousam os restos mortais de antigos combatentes da I Grande Guerra e da Guerra Colonial;
- A conclusão das obras **de beneficiação e reabilitação dos edifícios arrendados pelo Município na R. de São Tiago**, em Portel, incluindo algum mobiliário e equipamento, adaptando-os a espaço museológico e de exposição de diverso espólio cultural e artístico, propriedade da autarquia, e relacionado principalmente com o Castelo de Portel;

A componente “**Material de Transporte**”, que equivale a 14,5% das despesas de capital e teve um aumento de aprox: (+) 158 mil euros em relação ao ano anterior, inclui a aquisição de:

- **2 (duas) novas e modernas carrinhas de 9 lugares**, de marca “RENAULT TRAFFIC”, especialmente para serem utilizadas no transporte de crianças e circuitos escolares, que proporcionam às nossas crianças e jovens um nível de segurança e de conforto elevado;
- **1 (um) novo e moderno mini-autocarro** de marca “RENAULT MASTER”, **de 17 lugares**, com bom nível de equipamento e especialmente para ser utilizado no transporte de crianças e circuitos escolares;
- **1 (um) novo veículo ligeiro**, de marca “SKODA”, o qual ficou afeto à presidência da câmara municipal;
- **1 (um) novo veículo de mercadorias da marca “IVECO”, de 14 toneladas**, que melhorou os serviços internos e prestados pela autarquia à população.

A rubrica “**Maquinaria e Equipamento**”, que representa 9,5% da estrutura dos bens de capital e na qual se verifica um valor sensivelmente idêntico ao do ano anterior, inclui:

- **1 (um) novo equipamento (roçadeira)** acoplável a trator agrícola;
- **1 (um) Empilhador de 2,50 toneladas**, marca “BAOLI”, com o objetivo de tornar mais eficientes os diversos serviços do município com especial destaque para os serviços gerais de armazenagem e carregamento de materiais;

- **A ampliação da rede municipal de comunicações em banda larga** que estendeu a fibra ótica aos edifícios municipais que ainda não dispunham desta infraestrutura (Auditório, Biblioteca e Estaleiros Municipais);
- **Diversos equipamentos e ferramentas** de apoio à atividade municipal na área do abastecimento de águas, dos serviços de eletricidade, de recolha de resíduos e de apoio audiovisual para atividades culturais e recreativas, etc...
- Diversos **equipamentos e software informático** bem como vários **equipamentos administrativos**.

Na “**Locação financeira**” e “**Outros Investimentos**”, que representa este ano 4,4% das despesas de capital da autarquia e na qual se verifica um aumento em relação ao ano anterior de cerca de (+) 49 mil euros estão englobadas as despesas com:

- A locação financeira referente à **aquisição de um novo e moderno autocarro de passageiros**, de marca/chassis “SCANIA” **com capacidade de 55 lugares**, que incluiu um bom nível de equipamentos, proporcionando aos seus utentes um nível de segurança e de conforto elevado;
- A locação financeira correspondente à **aquisição de um novo e bem equipado autocarro de passageiros**, de marca “IVECO”, **com capacidade de 32 lugares, e adaptado com plataforma elevatória** de forma a dar resposta a pessoas com mobilidade reduzida;
- **O Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Portel – PARU**, elaborado no âmbito das obras de reabilitação urbana dos acessos ao castelo e espaços públicos envolventes (que inclui o Largo Miguel Bombarda, e cujo financiamento se encontra garantido pelo Programa Operacional Regional “Alentejo 2020”.

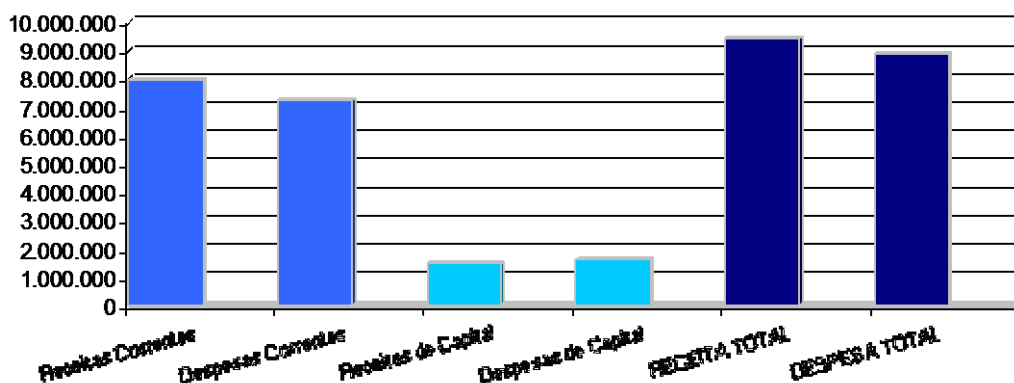
#### 4. Equilíbrio Orçamental - Relação entre Receitas e Despesas

Esta análise tenta demonstrar o nível de equilíbrio entre as receitas e as despesas do município, isto é a capacidade das receitas cobrirem as despesas, e vem detalhada no seguinte quadro:

Quadro 11 - RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO	2015			2016		
	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental	VALOR	Nível de Cobertura da Despesa	Saldo Orçamental
Receitas Correntes	7.867.445,84	108,9%	642.993,96	7.979.276,65	110,1%	728.950,84
Despesas Correntes	7.224.451,88			7.250.325,81		
Receitas de Capital	920.198,14	60,3%	-605.369,42	1.475.307,77	88,9%	-184.908,80
Despesas de Capital	1.525.567,56			1.660.216,57		
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>8.787.643,98</b>	<b>100,4%</b>	<b>37.624,54</b>	<b>9.454.584,42</b>	<b>106,1%</b>	<b>544.042,04</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>8.750.019,44</b>			<b>8.910.542,38</b>		



No ano em curso as receitas correntes são superiores às despesas correntes assinalando um ligeiro desequilíbrio, (+) 10,1%, e que se reflete num saldo orçamental corrente positivo. Ao contrário, no grupo das receitas e despesas de capital as receitas apresentam um valor inferior em relação às despesas, (-) 11,1%, e que se reflete num saldo orçamental de capital negativo.

No global as receitas totais são superiores às despesas totais, implicando um saldo orçamental positivo de aprox: (+) 544 mil euros, demonstrando um elevado equilíbrio durante a execução do orçamento e na assunção de compromissos.

Assim, prevê-se que a longo prazo, continuando com esta política de um controlo efetivo da despesa versus receita, está garantida a estabilidade financeira da autarquia possibilitando a continuidade do investimento direcionado para as necessidades e aspirações das populações, no que se refere ao desenvolvimento económico, à melhoria da qualidade de vida e à organização e gestão dos serviços municipais.

Com a nova lei das finanças locais, a partir de janeiro de 2014, foi definida uma nova regra para análise do cumprimento do equilíbrio orçamental, nomeadamente, que “a receita corrente bruta cobrada seja maior ou igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Esses cálculos e respetiva análise são evidenciados no quadro seguinte:

Quadro 12 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(em € - Euros)

DESIGNAÇÃO		2015	2016
		VALOR	VALOR
1.	Receita Corrente bruta cobrada	7.867.445,84	7.979.276,65
2.	Despesa Corrente	7.224.451,88	7.250.325,81
3.	Amortização média de emp. M/L.Prazo	267.595,66	267.595,66
4. = 2. (+) 3.	TOTAL	7.492.047,54	7.517.921,47
<b>5. = 1. (-) 4.</b>	<b>EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL</b>	<b>375.398,30</b>	<b>461.355,18</b>
6.	Receita Corrente líquida	7.867.424,34	7.979.212,55
7. = 6. (x) 5%	5% do valor da receita corrente totais	393.371,22	398.960,63
<b>8. = 5. (+) 7.</b>	<b>Equilíbrio Orçamental (corrigido)</b>	<b>768.769,52</b>	<b>860.315,81</b>
		<b>CUMPRIMENTO</b>	<b>CUMPRIMENTO</b>

Face aos valores apurados concluímos que se verifica e se cumpre as regras de equilíbrio orçamental com uma melhoria considerável quando comparados com os valores do ano anterior.

## 5. Evolução do endividamento, do serviço da dívida e da dívida a fornecedores

A análise da situação e evolução de endividamento do município (empréstimos de médio e longo prazo e contratos de locação financeira) bem como do serviço geral desta dívida (amortizações e juros anuais) e da dívida a fornecedores (bens e serviços adquiridos e ainda não pagos) são bastante importantes pois demonstram o nível de comprometimento financeiro da autarquia a ter em conta no próximo ano e nos anos futuros.

### 5.1 Dívida de Empréstimos

A evolução da dívida do município em empréstimos de M./L. Prazo durante os últimos três anos é exposta no seguinte quadro:

Quadro 13 - EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO de 2014 / 2016

(em € - Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO	CAPITAL	CAPITAL	VARIAÇÃO		CAPITAL	VARIAÇÃO	
	EM DÍVIDA	EM DÍVIDA	15/14		EM DÍVIDA	16/15	
	31-12-2014	31-12-2015	VALOR	%	31-12-2016	VALOR	%
Danos Intempéries - (1998/2018)	148.753,12	109.085,62	-39.667,50	-26,7%	69.418,12	-39.667,50	-36,4%
Projetos de Investimento - (2002/2022)	783.010,42	688.531,47	-94.478,95	-12,1%	592.377,88	-96.153,59	-14,0%
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	468.475,34	428.212,07	-40.263,27	-8,6%	387.496,72	-40.715,35	-9,5%
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	743.749,83	685.416,51	-58.333,32	-7,8%	627.083,19	-58.333,32	-8,5%
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	428.092,20	405.763,29	-22.328,91	-5,2%	382.268,91	-23.494,38	-5,8%
<b>TOTAL</b>	<b>2.572.080,91</b>	<b>2.317.008,96</b>	<b>-255.071,95</b>	<b>-9,9%</b>	<b>2.058.644,82</b>	<b>-258.364,14</b>	<b>-11,2%</b>

A dívida de médio e longo prazo com empréstimos obtidos diminuiu (-) 11,2%. Uma parte significativa da dívida compreende o financiamento dos “Projetos de Investimento – 2002” e da “Biblioteca, EM 538 – Portel/Amieira e Requalificação Urbana de Alqueva”. O montante da dívida amortizada foi sensivelmente idêntica ao valor pago no ano transato e o empréstimo “Projetos de Investimento 2002” continua a apresentar a maior parcela de amortização (aprox. 96 mil euros).

O montante em dívida não condiciona o município de realizar os projetos previstos nas Grandes Opções do Plano dos anos seguintes, tendo a possibilidade de terminar intervenções estruturantes e iniciar outras nos diversos setores e em conformidade com as competências legais da autarquia.

### 5.2 Dívida de Locação Financeira

Com o início durante este ano de 2016 de dois contratos de locação financeira, apresentamos no quadro abaixo o detalhe da respetiva dívida de bens em leasing:

Quadro 14 - LOCAÇÃO FINANCEIRA - 2016

(em € - Euros)

BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	VALOR	JUROS	AMORTIZAÇÃO	CAPITAL
	CONTRATO			EM DÍVIDA
	2016	2016	2016	31-12-2016
Autocarro 55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	225.213,00	3.104,09	35.821,62	189.391,38
Autocarro 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	127.802,73	0,00	6.390,15	121.412,58
<b>TOTAL</b>	<b>353.015,73</b>	<b>3.104,09</b>	<b>42.211,77</b>	<b>310.803,96</b>

Como já referimos anteriormente o objeto destes contratos de leasing são os dois autocarros adquiridos pela autarquia, os quais vieram a melhorar os serviços e a segurança dos nossos munícipes. O valor global dos contratos iniciais foi de aprox. 353 mil euros, tendo sido já este ano amortizados 42 mil euros, envolvendo um pagamento total de juros de aprox. 3 mil euros. Estes contratos são pelo prazo de 6 anos, pelo que o seu pagamento total só terminará no ano de 2022.



### 5.3 Serviço da Dívida Geral

O serviço da dívida geral da autarquia engloba o seu esforço financeiro anual em juros e amortizações de empréstimos e de contratos de locação financeira:

Quadro 15 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

(em € Euros)

FINALIDADE DO EMPRÉSTIMO E BENS EM LOCAÇÃO FINANCEIRA	ANO DE 2014		ANO DE 2015		ANO DE 2016	
	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA	DESPESA
	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL	CORRENTE	DE CAPITAL
	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)	(JUROS)	(AMORTIZ.)
Danos Intempéries - (1997/2017)	-	39.667,50	-	39.667,50	-	39.667,50
Projetos de Investimento - (2002/2022)	9.342,10	93.149,42	7.647,82	94.478,95	5.024,86	96.153,59
Escola do Ensino Básico Portel - (2005/2025)	2.278,29	39.588,04	1.026,42	40.263,27	147,73	40.715,35
Biblioteca, EM 538 e Req. Urb. de Alqueva - (2007/2027)	6.843,54	58.333,32	4.619,10	58.333,32	2.807,09	58.333,32
Capela e Casa Mortuária de Oriola - (2012/2027)	20.748,43	0,00	23.466,17	22.328,91	22.170,06	23.494,38
Autocarro 55 lugares "SCANIA" 23-QQ-62 - (2016/2022)	-	-	-	-	3.104,09	35.821,62
Autocarro 32 lugares "IVECO" 18-RB-18 - (2016/2022)	-	-	-	-	0,00	6.390,15
<b>TOTAIS</b>	<b>39.212,36</b>	<b>230.738,28</b>	<b>36.759,51</b>	<b>255.071,95</b>	<b>33.253,83</b>	<b>300.575,91</b>
<b>TOTAL GERAL (juros + amortização)</b>		<b>269.950,64</b>		<b>291.831,46</b>		<b>333.829,74</b>

<b>Varição Absoluta</b>	15/14	21.880,82	16/15	41.998,28
<b>Varição Relativa</b>	15/14	8,1%	16/15	14,4%

O montante do capital amortizado, em virtude da inclusão dos bens em leasing, apresenta uma oscilação positiva em relação ao ano anterior demonstrando o integral cumprimento do plano de amortização de empréstimos e de locação financeira da autarquia, sem comprometer a sua situação financeira para anos futuros.

De salientar que as dívidas de empréstimos foram consequência do programa de investimento proposto e assumido pelo executivo durante os últimos mandatos, com o objetivo de dotar o concelho de um conjunto de infra-estruturas essenciais ao seu desenvolvimento económico e social, o qual mereceu a aprovação e aceitação plena dos órgãos da autarquia.

O empréstimo - "Danos Intempéries-1997", contratado em 1998, é amortizável em 20 anos e dispõe de juros bonificados até uma taxa de 6 pontos percentuais, e não constituiu até à presente data qualquer encargo financeiro para a autarquia.

O valor do serviço da dívida (juros e amortizações) apresenta um acréscimo de (+) 14,4%, aprox. (+) 42 mil euros em relação ao ano anterior, em resultado da inclusão nesta análise dos bens em locação financeira. Contudo, e apesar disso, o valor total de juros pagos este ano é inferior em cerca de (-) 3 mil e 500 euros.

Na apresentação dos seguintes indicadores demonstra-se que continua a não estar comprometida a capacidade financeira do município para o futuro:

Quadro 16 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

INDICADORES	ANO DE 2014		ANO DE 2015		ANO DE 2016	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
JUROS / DESPESAS CORRENTES	39.212,36	<b>0,5%</b>	36.759,51	<b>0,5%</b>	33.253,83	<b>0,5%</b>
	7.385.607,88		7.224.451,88		7.250.325,81	
AMORTIZAÇÃO / DESPESAS DE CAPITAL	230.738,28	<b>21,1%</b>	255.071,95	<b>16,7%</b>	300.575,91	<b>18,1%</b>
	1.093.556,35		1.525.567,56		1.660.216,57	
(JUROS+AMORTIZAÇÃO) / DESPESAS TOTAIS	269.950,64	<b>3,2%</b>	291.831,46	<b>3,3%</b>	333.829,74	<b>3,7%</b>
	8.479.164,23		8.750.019,44		8.910.542,38	

Os juros da dívida pagos representam em 2016 unicamente, 0,5% da despesa corrente. O montante das amortizações, pelas razões já apontadas, teve um acréscimo durante este ano e atualmente estabilizou ao nível de 18,1% da despesa de capital. O serviço da dívida atinge somente 3,7% da despesa total do município. É de notar que o prazo médio de liquidação total destes empréstimos/leasings é de 9 anos.

#### 5.4 Dívida a fornecedores de curto prazo

Um dos indicadores importantes e que refletem a situação financeira do município e o seu grau de endividamento é também o valor da dívida a fornecedores de curto prazo e o tempo médio que a autarquia demora a pagar os seus compromissos. Assim apresentamos os seguintes indicadores:

Quadro 17 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS E COBERTURA DA DÍVIDA

INDICADORES	2015			2016		
	CÁLCULO	PMP		CÁLCULO	PMP	
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	6.217,38	1 dias	X 365 =	4.226,84	1 dia	X 365 =
	3.655.826,66			3.861.165,76		
DÍVIDA A FORNECEDORES CP / RECEITAS TOTAIS ANO ANTERIOR	6.217,38	<b>0,1%</b>		4.226,84	<b>0,1%</b>	
	8.710.830,55		8.787.643,98			

O prazo médio de pagamentos a fornecedores é atualmente de 1 (um) dia e a dívida a fornecedores de curto prazo representa unicamente 0,1% das receitas totais do município no ano anterior. É de notar a continuidade do excelente nível destes indicadores, pelo que se confirma assim a excelente situação financeira da autarquia (sem desequilíbrios financeiros estruturais ou roturas financeiras) não comprometendo a atividade económica e financeira do município durante os próximos anos.

## CAPÍTULO II – ANÁLISE PATRIMONIAL

Esta análise debruça-se sobre os elementos contabilísticos do património do município nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados e os respetivos anexos.

### 1. Análise do Balanço

#### 1.1. Estrutura e evolução do Ativo Líquido

QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

COMPONENTES DO ATIVO	2016		2015		VARIÇÃO 2016/2015
	ATIVO LÍQUIDO	%	ATIVO LÍQUIDO	%	
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	15.176.925,80	36,5%	15.907.066,50	37,2%	-4,6%
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
IMOBILIZACOES CORPÓREAS	19.772.970,16	47,5%	18.542.177,32	43,3%	6,6%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	529.438,80	1,3%	532.019,21	1,2%	-0,5%
IMOBILIZADO EM CURSO	903.555,46	2,2%	2.312.998,18	5,4%	-60,9%
<b>TOTAL IMOBILIZADO</b>	<b>36.382.890,22</b>	<b>87,4%</b>	<b>37.294.261,21</b>	<b>87,1%</b>	<b>-2,4%</b>
EXISTÊNCIAS	352.259,40	0,8%	373.665,90	0,9%	-5,7%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.	9.108,93	0,0%	9.108,93	0,0%	0,0%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.	270.447,23	0,6%	1.159.066,98	2,7%	-76,7%
DEPÓSITOS INST. FIN. E CAIXA	4.429.746,23	10,6%	3.892.220,34	9,1%	13,8%
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	162.932,40	0,4%	49.237,96	0,1%	230,9%
CUSTOS DIFERIDOS	19.622,17	0,0%	19.812,01	0,0%	-1,0%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>41.627.006,58</b>	<b>100,0%</b>	<b>42.797.373,33</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,7%</b>

O “**Imobilizado Líquido**” representa em 2016 cerca de 87,4% do ativo total do município tendo diminuído em relação ao ano anterior cerca de (-) 911 mil euros. Embora tenham existido, como já verificámos na análise orçamental, um volume considerável de investimento em imobilizado (aquisição de bens de capital) este foi absorvido pela depreciação anual puramente contabilística (amortizações).

As “**Imobilizações Corpóreas**” verificaram um acréscimo de (+) 6,6% (cerca de (+) 1 milhão e 231 mil euros já líquido das amortizações anuais respetivas) uma vez que para esta componente concorreu quer o volume de imobilizado adquirido diretamente, quer também o valor das transferências do imobilizado em curso que foi concluído em 2016 e que, como já referimos anteriormente, foi resultado do encerramento financeiro-administrativo e da conclusão física de diversas obras em curso. Por esta última razão o imobilizado em curso diminuiu cerca de (-) 1 milhão e 410 mil euros, representando atualmente unicamente 2,2% do imobilizado total e englobando todo o investimento que ainda não está totalmente concluído fisicamente.

O “**Imobilizado Incorpóreo**” encontra-se totalmente amortizado e os “Investimentos Financeiros” demonstram alguma expressão no ativo e no imobilizado da autarquia (cerca de 1,3% do ativo total) uma vez que, por imposição contabilística, está incluído nesta rubrica o valor da comparticipação total do Município de Portel no FAM - Fundo de Apoio Municipal, a pagar ainda durante os próximos 5 anos, e cujo valor global é de aproximadamente 459 mil euros.

As “**Existências**” tiveram um decréscimo de (-) 5,7% em resultado da necessidade de utilização, durante este ano e para execução de obras e investimentos, de bens e matérias-primas que estavam em armazém.

As “**Dívidas de Terceiros de MLP**” referem-se ao empréstimo concedido pela autarquia no âmbito do FAME e não têm expressão significativa no balanço. As “Dívidas de Terceiros CP” sofreram um decréscimo de cerca de (-) 889 mil euros uma vez que durante este ano o Município recebeu do FEDER a comparticipação financeira da despesa já realizada, inerente à maioria dos projetos financiados pelos fundos comunitários e que estava contabilizada como “em dívida” desde o ano anterior. A dívida de curto prazo resultante de clientes não tem significado uma vez que se encontra totalmente provisionada de acordo com os normativos legais.

Os “**Depósitos em Instituições Financeiras**” (disponibilidades imediatas) são bastante significativas, representam cerca de 10,6% do ativo líquido e demonstram a boa situação de tesouraria do município.

A rubrica “**Acréscimo de Proveitos**” reflete contabilisticamente proveitos de 2016 (juros de depósitos a prazo, receita de água, Sisa, IUC, IMI, IMT e Derrama) mas que só vão ser recebidos (receita efetiva) no ano de 2017. A componente de “Custos Diferidos” representa despesa realizada e paga em 2016 (seguros, rendas e juros de locação financeira) mas que contabilisticamente só deve ser considerada como custo no exercício económico de 2017.

O “**Ativo líquido**” diminuiu sensivelmente em relação ao ano anterior em cerca de (-) 2,7%, aprox. (-) 1 milhão e 170 mil euros.

## 1.2. Estrutura e evolução dos Fundos Próprios e do Passivo

No quadro seguinte apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios e do Passivo do município:

QUADRO 19 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO

(em € - Euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2016		2015		VARIACÃO 2016/2015
	VALOR	%	VALOR	%	
FUNDO PATRIMONIAL	29.411.780,32	70,7%	29.411.780,32	68,7%	0,0%
RESERVAS	12.186,15	0,0%	12.186,15	0,0%	0,0%
DOAÇÕES	151.770,45	0,4%	151.770,45	0,4%	0,0%
RESULTADOS TRANSITADOS,	(1.543.144,70)	-3,7%	(687.017,26)	-1,6%	124,6%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(637.304,17)	-1,5%	(856.127,44)	-2,0%	-25,6%
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>27.395.288,05</b>	<b>65,8%</b>	<b>28.032.592,22</b>	<b>65,5%</b>	<b>-2,3%</b>
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	1.240.135,21	3,0%	1.154.635,21	2,7%	7,4%
DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.	2.822.663,69	6,8%	2.847.206,39	6,7%	-0,9%
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.	90.348,52	0,2%	87.473,55	0,2%	3,3%
ACRÉSCIMO DE CUSTOS	497.674,34	1,2%	494.416,89	1,2%	0,7%
PROVEITOS DIFERIDOS	9.580.896,77	23,0%	10.181.049,07	23,8%	-5,9%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.231.718,53</b>	<b>34,2%</b>	<b>14.764.781,11</b>	<b>34,5%</b>	<b>-3,6%</b>
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS PASSIVO</b>	<b>41.627.006,58</b>	<b>100%</b>	<b>42.797.373,33</b>	<b>100%</b>	<b>-2,7%</b>

A variação negativa dos “**Fundos Próprios**” (-) 2,3% deve-se na totalidade aos resultados líquidos negativos, os quais, como veremos adiante, são influenciados pelo efeito contabilístico das amortizações e das provisões para riscos e encargos. É de realçar que este ano o resultado líquido é

consideravelmente “menos negativo” do que o verificado no ano anterior de 2015, constatando-se uma melhoria nos resultados líquidos do exercício em cerca de 218 mil euros. Contudo, sabendo que os fundos próprios são a diferença entre o Ativo e o Passivo e como tal representam o património líquido do município, poderemos considerar que o património da autarquia se mantém com um peso considerável na estrutura do balanço (65,8%).

A “**Dívida a Terceiros de MLP**” é relativa ao valor atual dos empréstimos obtidos (2 milhões e 59 mil euros), ao valor em dívida nos contratos leasings (311 mil euros), ao valor das cauções retidas aos fornecedores de empreitadas (valor de 125 mil euros que se encontra cativo em operações de tesouraria) e, a partir do ano anterior, passou a refletir, como dívida a terceiros de MLP, o valor já referido da comparticipação do município para o FAM (cerca de 328 mil euros que irão ser pagos anualmente à razão de 65 mil e 600 euros anuais, durante os próximos 5 anos).

A “**Dívida a Terceiros de CP**” é constituída pela dívida a fornecedores e a outros (cerca de mil e 500 euros) e o valor a pagar ao Estado referente a retenções efetivas de IRS, e de Segurança Social sobre os vencimentos de dezembro de 2016 (de aproximadamente 86 mil euros) acrescidas das previsões referentes aos respetivos encargos sociais da responsabilidade do município, a processar e a pagar unicamente em janeiro de 2017, mas cujo custo deve ser contabilisticamente imputado ao ano de 2016. À exceção deste valor provisionado (cerca de 45 mil euros) o restante montante retido (cerca de 41 mil euros) está identificado e cativo nos mapas e movimentos de operações de tesouraria. É de salientar que o conjunto da dívida a terceiros de curto prazo tem pouco significado na estrutura do balanço (0,2%).

As “**Provisões para Riscos e Encargos**”, cujo valor ronda 1 milhão e 240 mil euros, refletem as previsões de responsabilidades de montantes incertos referentes a processos judiciais em curso, os quais foram sujeitas a registo contabilístico obrigatório mas que só possivelmente poderão originar um pagamento futuro.

Os “**Acréscimos de Custos**” representam despesas cujo pagamento só se realizará em 2017 mas que contabilisticamente devem ser consideradas custo do ano económico de 2016. Este valor refere-se à previsão dos montantes a pagar no próximo ano aos trabalhadores, respeitante a dois meses de remuneração de férias e subsídio de férias (cerca de 347 mil euros) e os respetivos encargos sociais (no valor aprox. de 82 mil euros), bem como a outros pagamentos a fornecedores (juros de empréstimos, eletricidade, combustíveis e comunicações – aprox. 64 mil euros). Fazemos notar que os “acréscimos de custos” são valores que decorrem também da aplicação de normas contabilísticas que resultam de uma operação obrigatória de final do exercício e que no contexto do município não representam situações de efetiva de dívida para com terceiros.

Os “**Proveitos Diferidos**” compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos nos diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Esta conta, proveniente do volume de transferências dos fundos comunitários (subsídios) destinados ao investimento, tem assumido valores relevantes. O valor destes proveitos diferidos é proveniente dos subsídios comunitários obtidos em vários projetos financiados e como tal deve interpretar-se a sua informação como o montante de subsídios obtidos, a aplicar em proveitos a partir do momento em que os investimentos em curso forem concluídos e se iniciar a sua utilização e amortização, ou já aplicados em proveitos do exercício a investimentos concluídos mas ainda não totalmente amortizados. Assim, e uma vez que durante este ano os investimentos financiados foram todos concluídos física e contabilisticamente, e estão contabilizados nesta conta de proveitos diferidos todos os subsídios comunitários (os “efetivamente

recebidos” e os que previsivelmente “ainda temos a receber”), o valor desta rubrica de balanço irá gradual e anualmente diminuindo o seu valor.

Por último fazemos realçar que, pela sua própria natureza e significado, as contas de “provisões para riscos e encargos”, de “proveitos diferidos” e de “acréscimos de custos” não são verdadeiras contas do passivo, embora se encontrem registadas nesta parte do balanço, por imposições de normalização contabilística aplicada ao setor público. Por isto mesmo devem ser consideradas como passivos “possivelmente exigíveis” ou até “não exigíveis”, de forma a evitar distorções a quando da sua análise económica, financeira e patrimonial.

A real abordagem do passivo deve excluir estas rubricas e debruçar-se unicamente sobre as dívidas efetivas para com terceiros quer a médio quer a longo prazo, pelo que podemos concluir que essas dívidas (e excluindo ainda a contabilização do FAM e a previsão dos encargos sociais sobre as remunerações de férias e subsídios de férias a pagar só em 2017) diminuíram, comparativamente ao ano anterior, em cerca de (-) 351 mil euros.

## 2. Análise da Demonstração de Resultados

QUADRO 20 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

em € - Euros

COMPONENTES DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2016		2015		VARIACÃO 2016/2015
	VALOR	%	VALOR	%	
<b>CUSTOS E PERDAS</b>					
CUSTO MERC.VENDIDAS MAT.CONSUMIDAS	755.161,73	7,4%	788.826,29	7,7%	-4,3%
FORNECIMENTOS SERVICOS EXTERNOS	2.318.442,74	22,7%	2.198.781,02	21,3%	5,4%
CUSTOS COM PESSOAL:	3.559.859,34	34,8%	3.536.679,67	34,3%	0,7%
TRANSF.SUB.COR.CONC.E PREST SOCIAIS	918.544,80	9,0%	927.596,47	9,0%	-1,0%
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.510.242,88	24,6%	2.697.490,03	26,2%	-6,9%
PROVISÕES DO EXERCÍCIO	90.868,54	0,9%	35.258,47	0,3%	157,7%
OUTROS CUSTOS/PERDAS OPERACIONAIS	3.428,71	0,0%	3.276,68	0,0%	4,6%
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	41.575,54	0,4%	59.676,38	0,6%	-30,3%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	23.190,51	0,2%	55.023,40	0,5%	-57,9%
<b>TOTAL DE CUSTOS E PERDAS</b>	<b>10.221.314,79</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.302.608,41</b>	<b>100,0%</b>	<b>-0,8%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>					
VENDA DE MERCADORIAS	284.198,29	3,0%	293.049,44	3,1%	-3,0%
VENDA DE PRODUTOS	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E VENDA DE BENS	230.470,22	2,4%	297.385,31	3,1%	-22,5%
IMPOSTOS E TAXAS	916.991,99	9,6%	620.244,90	6,6%	47,8%
TRABALHOS PARA PRÓPRIA ENTIDADE	322.913,70	3,4%	352.490,10	3,7%	-8,4%
TRANSF. E SUBSÍDIOS OBTIDOS	6.786.711,84	70,8%	6.960.223,58	73,7%	-2,5%
OUT.PROVEITOS GANHOS OPERACIONAIS	42.101,43	0,4%	34.955,59	0,4%	20,4%
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	345.302,39	3,6%	364.489,14	3,9%	-5,3%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	655.320,76	6,8%	523.642,91	5,5%	25,1%
<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>	<b>9.584.010,62</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.446.480,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,5%</b>
<b>RESUMO :</b>					
RESULTADOS OPERACIONAIS	(1.573.161,27)		(1.629.559,71)		
RESULTADOS FINANCEIROS	303.726,85		304.812,76		
RESULTADOS CORRENTES	(1.269.434,42)		(1.324.746,95)		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (F-E)	(637.304,17)		(856.127,44)		

O “Custo das Mercadorias e Matérias” diminuíram em relação ao ano anterior (-) 4,3% em resultado do menor custo/compra de água para consumo público, (-) 25 mil euros, bem como da menor compra/custo e

do maior consumo de bens armazenados nas diversas obras executadas, (-) 9 mil euros) as quais tiveram uma boa parte de componentes de administração direta.

No global os “**Custos e Perdas**” decresceram (-) 0,8%, (-) aprox. 81 mil euros, mantendo-se abaixo dos montantes do ano anterior. Contudo nos “fornecimentos e serviços externos” verificou-se um aumento de cerca (+) 119 mil euros, relacionado com o aumento de ações e atividades autárquicas inerentes a este tipo de despesa, enquanto, em relação ao ano anterior se denota uma poupança nos “custos e perdas”, “financeiras” (-) 30,3%, e “extraordinárias”, (-) 57,9%.

Quanto aos “**Proveitos e Ganhos**” estes cresceram (+) 1,5%, aprox. (+) 137 mil euros, superando os valores do ano transato, influenciados em termos gerais pelo aumento na cobrança de “impostos e taxas”, (+) 297 mil euros, e pelo acréscimo nos “proveitos e ganhos extraordinários”, (+) 132 mil euros, e contrabalançado pelo decréscimo nas “transferências e subsídios obtidos”, aprox. (-) 173 mil euros, e das “prestações de serviços e venda de bens”, (-) 67 mil euros.

Os “proveitos e ganhos financeiros” são bastante significativos, resultantes em parte dos juros obtidos em depósitos a prazo, o que consequentemente induziram a uma função financeira de resultado positivo elevado, (+) 304 mil euros, sensivelmente idêntica à verificada no ano anterior. Note-se que os “proveitos e ganhos extraordinários” refletem quase exclusivamente a contabilização dos “proveitos diferidos” e compensam parte do custo das amortizações referentes ao imobilizado corpóreo que foi financiado por fundos comunitários.

No ano de 2016, o “**Resultado Líquido do Exercício**” é negativo, no valor de (-) 637.304,17 €. No entanto este resultado é influenciado pelas “amortizações” (depreciação contabilística do imobilizado) que neste ano atingiram o montante que ronda os 2 milhões e 510 mil euros. Como já referimos é contudo de realçar que este ano o resultado líquido é significativamente “menos negativo”, constatando-se até uma elevada melhoria nestes resultados em cerca de 219 mil euros. Assim, dada a natureza e origem destes custos e reiterando a abordagem anterior sobre este assunto, julgamos que muito dificilmente este resultado poderá vir a ter repercussão futura na esfera económica e financeira da autarquia garantindo a continuidade das suas atividades e projetos.

Fazemos ainda notar que a interpretação do resultado económico de um município é muito subjetiva, de significado controverso, comprometendo até análises comparativas entre os diversos municípios.

### 3. Movimentos do Ativo Bruto, Amortizações e Provisões

#### 3.1 Ativo Bruto

QUADRO 21 - MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO BRUTO - IMOBILIZADO

(em € - Euros)

ACTIVO BRUTO						
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVAL. / AJUSTAM.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	34.325.113,18	0,00	427.135,26	0,00	(68.685,74)	34.683.562,70
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.340,00
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	27.669.616,35	0,00	1.095.907,46	(14.109,09)	68.685,74	28.820.100,46
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	550.082,08	0,00	0,00	0,00	0,00	550.082,08
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>62.583.151,61</b>	<b>0,00</b>	<b>1.523.042,72</b>	<b>(14.109,09)</b>	<b>(0,00)</b>	<b>64.092.085,24</b>

Verifica-se que o “**Ativo Bruto**” do município aumentou aprox. 1 milhão e 509 mil euros. Este aumento é visível nos bens do domínio público - ex: estradas e arruamentos, (+) 358 mil euros mas apresenta maior significado no imobilizado corpóreo – ex: equipamento de transporte, (+) 544 mil euros, equipamento básico, (+) 87 mil euros, e equipamento administrativo e informático, aprox. (+) 122 mil euros.

As “**Alienações**” referem-se ao valor patrimonial (contabilístico) da venda de terrenos (lotes na zona industrial de Portel) e da venda do antigo autocarro “DAF”.

### 3.2 Amortizações

As “**Amortizações**” têm em vista ponderar contabilisticamente a depreciação e desvalorização do imobilizado de domínio público (ex: estradas, arruamentos, infraestruturas de água e saneamento e construções análogas) bem como de imobilizado corpóreo (ex: edifícios, equipamento básico, de transporte e administrativo, ferramentas e utensílios e outros). A contabilização de 2016 é a seguinte:

QUADRO 22 - MOVIMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE IMOBILIZADO

(em € - Euros)

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:	17.680.170,98	1.437.703,27	0,00	19.117.874,25
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	38.340,00	0,00	0,00	38.340,00
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.552.316,55	1.072.539,61	0,00	8.624.856,16
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	18.062,87	2.580,41	0,00	20.643,28
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>25.288.890,40</b>	<b>2.512.823,29</b>	<b>0,00</b>	<b>27.801.713,69</b>

Verifica-se que o valor anual de depreciação do património do município é de aproximadamente 2 milhões e 513 mil euros. Este montante resulta unicamente de critérios, regras e taxas de amortização pré-estabelecidas legalmente no POCAL e como tal de natureza teórico-contabilística.

### 3.3 Provisões

De acordo com a legislação em vigor, as provisões são constituídas obrigatoriamente como forma de acautelar contingências que possam no futuro transformar-se numa perda definitiva ou num encargo real. Assim a contabilização das provisões da Câmara Municipal de Portel no ano de 2016 é apresentada no quadro seguinte:

QUADRO 23 - MOVIMENTOS DE PROVISÕES

(em € - Euros)

PROVISÕES ACUMULADAS				
RÚBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS:	196.919,60	5.368,54	0,00	202.288,14
PARA RISCOS E ENCARGOS:	1.154.635,21	85.500,00	0,00	1.240.135,21
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.351.554,81</b>	<b>90.868,54</b>	<b>0,00</b>	<b>1.442.423,35</b>

O valor das provisões realizadas este ano atingiu aproximadamente (+) 91 mil euros, valor sensivelmente superior ao considerado no ano anterior, mas que demonstra algum equilíbrio na evolução da atividade autárquica, estabilidade nos montantes incertos de cobranças duvidosas (clientes) e dos encargos previsivelmente a pagar com processos judiciais.



Verifica-se pois uma certa estabilidade nos montantes incertos de “cobranças duvidosas” (clientes), (+) 5 mil euros, mas um aumento com processos judiciais pendentes, (+) 86 mil euros, processo requerido por Idália Lourinho e referente ao pedido de indemnização decorrente da rescisão do contrato de arrendamento do bar do mercado municipal. Esclarecemos que a referida arrendatária/queixosa suspendeu por sua iniciativa o pagamento das rendas mensais contratadas, pelo que, por esta razão, a autarquia rescindiu unilateral e legalmente o contrato, e foi obrigada posteriormente a tomar posse do referido espaço comercial, abrir novo concurso para a sua adjudicação e assim tornar possível o funcionamento público daquele estabelecimento de bebidas e restauração. A autarquia apresentou defesa consistente e fundamentada.

Constata-se que o valor global das provisões atualmente contabilizadas atinge o montante de 1 milhão e 442 mil euros, e referem-se a cobranças duvidosas de clientes, contribuintes e utentes em mora há mais de 6 meses (202 mil euros). A provisão para outros riscos e encargos é respeitante a processos judiciais em curso e nos quais se incluem, para além do já referido, os processos de contra ordenação (31 mil euros) requeridos pela IGAMAOT (rejeição de águas residuais) e ASAE (parques infantis) e sobre os quais a autarquia apresentou a respetiva defesa, mas que de há muito se continua a aguardar a decisão das respetivas entidades ou tribunais.

Esta provisão integra ainda a reclamação à autarquia, por parte da “Massa Insolvente da Condop, SA”, de “juros de mora”, “indemnização” e “faturas em dívida”, no valor aproximado de 1 milhão e 110 mil euros. Lembramos que esta empresa (Condop, SA) foi declarada insolvente, não cumpriu com o contrato de empreitada de construção do Centro Escolar de Portel, tendo tido uma conduta imprópria, desonesta e fraudulenta para com o Município de Portel: abandonou, sem justificação ou qualquer comunicação, a referida obra, colocando em causa o seu financiamento comunitário, emitindo até faturas “falsas” para se financiar em “factoring”. Recordamos também que a autarquia na altura foi obrigada a tomar posse administrativa da obra e abrir novo concurso para que fosse possível a sua conclusão.

Contudo, para uma melhoria na aplicação do princípio da prudência e cumprimento do estipulado no POCAL, continuam a estar provisionados estes valores embora entendamos que se houver justiça estas obrigações jamais serão dadas como certas.

#### 4 . Apresentação de alguns indicadores de gestão

Podemos verificar no quadro abaixo que os rácios de estrutura financeira, de endividamento e de liquidez obtidos, demonstram a boa situação económica e financeira que a autarquia atravessa.

Quadro 24 - INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES		2016	
		CÁLCULO	%
Peso dos Custos com Pessoal na Receita Corrente =	Encargos com Pessoal / Receitas Correntes =	3.559.859,34	44,6%
		7.979.276,65	
Rentabilidade dos Capitais Próprios =	Resultado Líquido / Fundos Próprios =	-637.304,17	-2,3%
		27.395.288,05	
Rácios de Estrutura Financeira: =	Fundos Próprios / Ativo Líquido =	27.395.288,05	65,8%
		41.627.006,58	
Rácios de Estrutura Financeira: =	Passivo / Fundos Próprios =	14.231.718,53	51,9%
		27.395.288,05	
Rácio de Endividamento =	Passivo / Ativo Líquido =	14.231.718,53	34,2%
		41.627.006,58	

Rácio de Endividamento de Médio e Longo Prazo =	Passivo MLP / Ativo Líquido =	2.822.663,69	=	<b>6,8%</b>
		41.627.006,58	=	
Rácio de Liquidez Geral =	Ativo CP / Passivo CP =	5.052.452,86	=	<b>5592,2%</b>
		90.348,52	=	
Rácio de Liquidez Imediata =	Disponibilidades / Passivo CP =	4.429.746,23	=	<b>4903,0%</b>
		90.348,52	=	
Peso Relativo do Ativo Fixo no Ativo Total =	Ativo Fixo / Ativo Total =	36.382.890,22	=	<b>87,4%</b>
		41.627.006,58	=	
Rejuvenescimento do Imobilizado =	Invest. em Imobilizado / Amort. do Exercício =	1.523.042,72	=	<b>60,7%</b>
		2.510.242,88	=	
Envelhecimento do Imobilizado =	Amortizações Acumuladas / Ativo Bruto =	27.801.713,69	=	<b>43,4%</b>
		64.092.085,24	=	

## 5 . Factos de interesse relevante após encerramento do exercício de 2016

Não há a registar factos de relevância após o encerramento do exercício de 2016.

## 6 . Proposta de aplicação de resultados de 2016

No ano de 2016, o Município de Portel obteve um resultado líquido negativo de (-) 637.304.17 € (seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e quatro euros e dezassete cêntimos), pelo que se propõe transferir o resultado do exercício para a conta “5915 - Resultados Transitados – 2016”, após a aprovação do relatório e contas pelos órgãos autárquicos competentes.